

VOZ DAS MISERICÓRDIAS

Diretor Paulo Moreira /// ano XXXIV /// Fevereiro de 2019 /// publicação mensal /// Gratuito

05 EUCARISTIA

Cuidar das chagas sociais e humanas

Na eucaristia integrada no congresso, o bispo do Algarve afirmou que as Misericórdias promovem a dignidade humana.

08 ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

Traço identitário do modelo social do país

Para José Vieira da Silva, a cooperação é um dos principais eixos identitários do modelo social em Portugal.

28 PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Condições para a cooperação plena

No congresso, Marcelo Rebelo de Sousa apelou à definição dos quadros que disciplinam a atividade do setor social.

40 CONCLUSÕES

Compromissos devem ser estáveis no tempo

Misericórdias reafirmaram, entre outros, a necessidade de assegurar a estabilidade no tempo dos acordos celebrados.



Cooperar é um dever

Missão, rigor e compromisso foi o mote que levou cerca de 700 pessoas ao Palácio de Congressos do Algarve, em Albufeira, onde decorreu o 13º Congresso Nacional das Misericórdias, de 7 a 10 de fevereiro. Com a presença de representantes da sociedade civil, políticos e empresários, os trabalhos ficaram marcados pelo reforço da importância da cooperação do Estado com o setor social. Para o presidente da União das Misericórdias, Manuel de Lemos, o papel do setor social é cooperar com o Estado, mas “a cooperação também vincula o Estado a cumprir o que propõe e acorda”. Neste contexto, as Misericórdias apelaram, entre outros, à estabilidade no tempo dos acordos celebrados e à necessidade de reconduzir as visitas de acompanhamento à sua função de auditoria e diálogo. Apelaram ainda a uma maior articulação entre segurança social e saúde no âmbito do envelhecimento



Papel do setor social é cooperar com o Estado

A sessão de abertura do 13º congresso nacional das Misericórdias ficou marcada pelo reforço da importância da cooperação do Estado com as instituições do setor social

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Cooperação Missão, rigor e compromisso foi o mote que levou cerca de 700 pessoas ao Palácio de Congressos do Algarve, em Albufeira, onde decorreu o 13º Congresso Nacional das Misericórdias, entre os dias 7 e 10 de fevereiro. A sessão de abertura ficou marcada pelo reforço da importância da cooperação do Estado com as instituições do setor social. Para o presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), Manuel de Lemos, o papel do setor social é cooperar com o Estado, mas “a cooperação também vincula o Estado a cumprir o que propõe e acorda”.

Segundo o presidente da UMP, importa “ter presente que os compromissos assumidos são para cumprir” porque “muitas vezes, esses compromissos criam expectativas, implicam avultados investimentos, geram empregos sustentáveis, contribuem para a coesão territorial e social”. Para Manuel de Lemos, cooperação é um “aspecto fundamental” para as Misericórdias que “nem são concorrenciais com o Estado, nem o setor social é um ramo do setor privado”.

Manuel de Lemos falava diante de centenas de pessoas que assistiram à sessão que inaugurou oficialmente este debate nacional. Além do bispo do Algarve, D. Manuel Quintas, que momentos antes presidia a eucaristia integrada no congresso (ver texto na página 5), a sessão contou com João Martins Rolo, presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Patrícia Seromenho, provedora da Misericórdia de Albufeira, José Silva Peneda, presidente da Mesa da Assembleia-geral da UMP, e José Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a quem coube proferir uma oração de sapiência e também representar o primeiro-ministro, António Costa, que não pôde estar presente. “Espero estar à altura desta dupla responsabilidade, da oração e da sapiência”, disse o ministro logo no início da sua intervenção dedicada ao tema “O papel do setor social no desenvolvimento das políticas sociais no Estado Português” (ver versão integral da oração de sapiência nas páginas 8 e 9).

Para José Vieira da Silva, a cooperação é muito mais do que uma mera concessão para a prestação de serviços. Em Portugal, referiu, representa mesmo um dos traços identitários do “nosso modelo social”, exigindo um “diálogo aberto, sério e positivo”, onde as Misericórdias se assumem enquanto “pilar para construção de consenso”.

Destacando que, no plano da cooperação, o quadro conceptual da relação com a segurança social é diferente da relação com a saúde e a educação, o ministro da tutela afirmou que se trata de “uma relação própria, original e distinta de outras parcerias entre o Estado e outros atores da sociedade” e esta distinção “não é subcontratação”. A cooperação, afirmou Vieira da Silva, “é a mobilização combinada de esforços e recursos entre setor público e social” no sentido de contribuir para um maior nível de ganhos sociais. “Se abdicarmos desta visão diferenciadora do que é cooperação, estaremos a colocar em causa a sua própria natureza”.

No âmbito da cooperação, a sustentabilidade das instituições foi igualmente destacada ao longo das intervenções. As Misericórdias, segundo o presidente da UMP, “como os outros parceiros do setor solidário, debatem-se hoje com dois problemas maiores: o envelhecimento da população e a sustentabilidade”.

Por um lado, o envelhecimento da população trouxe consigo uma nova realidade para as instituições. “Os nossos lares parecem, cada vez mais, unidades de cuidados continuados, da mesma forma que todos os dias se esbate, cada vez mais e mais depressa, a fronteira entre a segurança social e a saúde”, disse Manuel de Lemos, destacando que esta alteração implica gastos acrescidos para assegurar um serviço de qualidade dos utentes.

Além disso, continuou, “a comparticipação pública, acrescida dos recursos dos próprios e das suas famílias, há muito que entrou no sinal vermelho” e a sustentabilidade das instituições “tem a ver evidentemente com o equilíbrio financeiro”, mas também com “qualidade na prestação, salários mais justos, equipamentos mais dignos, abertura ao investimento em inovação” (ver discurso integral na página 6).

A este propósito, Vieira da Silva afirmou que o maior desafio é conciliar os esforços de três dimensões: famílias, Estado e instituições sociais. “A utilização de recursos tem de ser eficaz em qualquer uma dessas dimensões”, disse. Como solução, a proposta passou pela avaliação dos custos reais de cada resposta social de modo a ser possível encontrar o equilíbrio necessário entre as três dimensões.



Participação Centenas de pessoas assistiram ao primeiro ato solene deste 13º congresso nacional. Sessão de abertura foi a 7 de fevereiro





PAULO MOREIRA
Diretor do Jornal
paulo.moreira@ump.pt

Afirmar a vitalidade

Há já algum tempo que tenho vindo a defender que a forma mais eficaz de continuarmos a cumprir a nossa missão assente nas 14 obras de misericórdia passa pelo rigor nas decisões de gestão e pelo compromisso com esta causa que há mais de 500 anos anima e inspira homens e mulheres em Portugal.

Demonstração clara disto foi o nosso 13º congresso nacional. Com a participação de personalidades diversas do setor social, público e privado, o evento primou pela qualidade das intervenções, mas também pelo número de participantes. Mais de 700 pessoas estiveram em Albufeira para um debate sério e sereno sobre as principais preocupações e os mais urgentes desafios com que as Misericórdias são confrontadas na atualidade.

Mais do que uma firme demonstração da nossa vitalidade, este congresso reforçou também o compromisso dos colaboradores com a causa das Santas Casas. Cerca de 200 técnicos, provenientes de todo o território nacional e maioritariamente jovens, estiveram em Albufeira para aprofundar o seu conhecimento sobre estas instituições.

Esta participação dos técnicos é certamente uma marca distintiva deste congresso nacional. Podemos com convicção afirmar que, neste âmbito, o encontro de Albufeira também serviu para reforçar os laços de compromisso entre dirigentes e técnicos. As Misericórdias precisam desta parceria para a sua vitalidade. Colaboradores e mesas administrativas são determinantes para que a nossa missão seja cumprida com rigor e compromisso e para continuarmos a aprofundar este caminho em busca de uma constante adaptação aos desafios que nos são postos.

Continuo, contudo, a estranhar o facto de, num momento tão crucial para as Misericórdias, ainda haver dirigentes que não participem ativamente nesta reflexão e não deem o seu contributo para este debate, o que poderá comprometer a força e a vitalidade deste movimento. Mas acredito que o empenho dos que ativamente têm participado levará o barco a bom porto. **VM**

Para José Vieira da Silva, a cooperação é muito mais do que uma mera concessão para a prestação de serviços

A propósito das Misericórdias, o presidente da Câmara Municipal de Albufeira destacou o “movimento forte e dinâmico suportado por voluntários”

‘As Santas Casas continuam a ser úteis às comunidades que servem e, em muitos casos, fazem-no há séculos’

‘As Misericórdias conseguem inovar todos os dias e esta prática diária de improvisação faz com que não tenham medo das adversidades’

A cooperação é um aspeto fundamental para as Misericórdias que ‘nem são concorrenciais com o Estado, nem o setor social é um ramo do setor privado’

A garantia de sustentabilidade, referiu, não é atingível por uma simples alteração do ritmo das transferências.

Sustentabilidade foi um dos temas destacados pelo presidente da Assembleia-geral da UMP durante a sessão oficial que marcou o início do congresso em Albufeira. Fazendo referência ao estudo da CNIS com a Universidade Católica, José Silva Peneda afirmou que “cada euro investido pelas instituições sociais em zonas de baixa densidade é multiplicado por mais quatro vezes devido ao facto desse valor ficar a circular na economia local, ao ser utilizado para pagar remunerações a trabalhadores destas instituições que aí vivem e para comprar bens e serviços a empresas locais”.

A esta dimensão financeira da sustentabilidade, Silva Peneda acrescentou ainda o “fator decisivo de coesão social e regional” que as Misericórdias representam, especialmente no interior do país, e também a vertente histórica. “As Santas Casas continuam a ser úteis às comunidades que servem e, em muitos casos, fazem-no há séculos. Souberam fazê-lo em diferentes regimes políticos e conviveram com várias crises”.

Ainda durante a sessão oficial, os representantes locais deram as boas vindas aos congressistas. João Martins Rolo, presidente da Câmara Municipal de Albufeira, destacou o “movimento forte e dinâmico suportado por voluntários” e que representa “um nível fundamental na vida social, cultural e desportiva” das comunidades. Patrícia Seromenho, provedora da Misericórdia de Albufeira e presidente do Secretariado Regional da UMP no distrito de Faro, aproveitou as palavras para destacar o empenho das Santas Casas do Algarve para a realização do congresso nacional. Terminou com um elogio em jeito de aviso: “as Misericórdias conseguem inovar todos os dias e esta prática diária de improvisação faz com que não tenham medo das adversidades”.

Neste primeiro dia de congresso nacional e depois da sessão solene, os congressistas tiveram ainda oportunidade de assistir a dois espetáculos. O primeiro protagonizado pelo Rancho Folclórico dos Olhos d’Água e o segundo por Miguel Gameiro, este com patrocínio da NOS. Ambos tiveram lugar no Palácio de Congressos do Algarve, onde também decorreram os trabalhos nos dias 8 e 9. Ao longo de 12 sessões temáticas e painéis sobre temas como gestão, envelhecimento, fiscalidade, apoio domiciliário, recurso a tecnologias para apoiar idosos, economia social, turismo e património, entre outros, os congressistas partilharam dificuldades, experiências e expectativas. **VM**



SAMUEL MENDONÇA, FOLHA DO DOMINGO (FD)

Diálogo Presenças do poder central e do poder local no congresso nacional dão nota da abertura para o diálogo que baliza a atuação das Santas Casas



ANA CARGALEIRO DE FREITAS, VM



Protocolo NOS/União das Misericórdias Portuguesas

Estamos ligados por boas causas

Adira já e tenha vantagens exclusivas



A NOS e a União das Misericórdias Portuguesas deram as mãos por uma causa maior, servir os utentes da Santa Casa da melhor maneira possível. Agora, ao aderirem a qualquer serviço da NOS, os membros da União das Misericórdias vão ter descontos e vantagens exclusivas para transformarem o seu negócio e a experiência daqueles que apoiam.

A NOS disponibiliza desde soluções de voz a soluções de TI, como videovigilância cloud ou soluções machine to machine para gestão de frotas.

Para conhecer as condições do Protocolo ligue 16100

CONGRESSO



Contributo para cuidar e curar chagas humanas e sociais

Bispo do Algarve afirmou que as Misericórdias são um “movimento de bem fazer e de serviço” que promove a dignidade humana

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Eucaristia A vitalidade das Misericórdias está no cuidar e curar as chagas sociais e humanas que a todos desafiam e comprometem na procura de respostas mais adequadas e eficazes, disse o bispo do Algarve, D. Manuel Neto Quintas, durante a eucaristia que marcou o arranque do 13.º Congresso Nacional das Misericórdias. A missa decorreu na igreja matriz de Albufeira.

Durante a homilia, D. Manuel Quintas referiu que “as Misericórdias se situam entre as instituições que, na sua vasta e diversificada ação, mais têm contribuído para tocar, cuidar e curar as chagas humanas e sociais, infelizmente nem sempre com o reconhecimento devido pela sociedade em geral e assumido por quem tutela a sua ação”.

A má distribuição da riqueza e o crescente fosso entre ricos e pobres, a não satisfação das

necessidades básicas ao nível da alimentação, da saúde e da educação, o “drama” dos migrantes e dos refugiados e a violência doméstica são, segundo D. Manuel Quintas, chagas que assolam o nosso tempo.

Outra chaga social destacada pelo bispo do Algarve foi a “corrupção presente na procura do lucro pessoal e do próprio grupo, sob as aparências do serviço à sociedade”. Este tipo de ação, referiu o prelado na igreja matriz de Albufeira, está presente “no egoísmo mais grosseiro, escondido por detrás de uma generosidade aparente”. Esta chaga, destacou, foi classificada pelo Papa Francisco “como a pior chaga social, que pode degenerar em verdadeira praga enquanto realidade presente em todas as classes sociais, inclusive a religiosa”.

Destacando que as Misericórdias são um “movimento de bem fazer e de serviço”, o bispo do Algarve afirmou que, na prática, esta ação promove a dignidade humana e diminui o sofrimento.

“Todos desejamos que este congresso contribua para encontrar respostas mais adequadas e mais eficazes de realização da missão destas instituições, à luz dos princípios

que as inspiram, bem como da sua realidade pessoal e geográfica concreta, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados e a sua sustentabilidade e estabilidade, tantas

FRASE

As Misericórdias situam-se entre as instituições que, na sua vasta e diversificada ação, mais têm contribuído para tocar, cuidar e curar as chagas humanas e sociais, infelizmente nem sempre com o reconhecimento devido pela sociedade em geral e assumido por quem tutela a sua ação

D. Manuel Quintas
Bispo do Algarve

vezes conseguidos à custa de verdadeiros milagres de gestão”, concluiu o prelado perante centenas de pessoas que encheram a igreja matriz de Albufeira.

A missa que inaugurou o congresso contou também com a participação do coro da Misericórdia do Fundão e foi concelebrada pelo cónego José Rosa Simão, antigo pároco de Albufeira, e pelos padres Flávio Martins e Pedro Manuel, respetivamente párocos de Albufeira e Ferreiras, Paderne e Boliqueime.

Seguiu-se um desfile das Irmandades pelas principais artérias da cidade. Ao longo de quase três quilómetros, portugueses e estrangeiros pararam para observar o cortejo (ver páginas 10 e 11) que terminou junto à Câmara Municipal, onde as Misericórdias foram recebidas por José Martins Rolo, presidente da autarquia.

Antes de uma fotografia de grupo, o autarca foi presenteado pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP) com uma réplica em mármore da estátua evocativa das 14 obras de misericórdia que está em Fátima, junto aos equipamentos da UMP (Centro João Paulo II e Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI).

**MANUEL DE LEMOS**Presidente da UMP
Sessão de abertura do 13.º congresso nacional*Afirmar modernidade e visão do futuro*

As minhas primeiras palavras são para me dirigir ao Congresso, para saudar os representantes das Santas Casas de Misericórdia de Portugal e lhes desejar as mais veementes boas vindas, nesta cidade e nesta região tão bonita e tão importante para o nosso desenvolvimento e para a criação de riqueza que o turismo sempre representa.

Neste contexto saudar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Dr. José Martins Rolo, para lhe agradecer todo o carinho e apoio que deu ao Congresso e que foi determinante para a nossa presença aqui, hoje. Bem-haja, Senhor Presidente!

Tenho a certeza que, no final deste Congresso, darão certamente por bem empregue esta deslocação, desde logo pela excelência dos intervenientes, mas também, seguramente, pela oportunidade de conviver, de trocar experiências, fomentar amizades e sinergias, em nome deste movimento penta secular que constitui, por si só, uma marca distintiva de solidariedade e de partilha, que marca, de forma indelével, a nossa idiossincrasia, a nossa cultura e a nossa civilização. E Albufeira e o Algarve serão, por certo, recordados por muito tempo.

Depois, saudar também Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Algarve, D. Manuel Quintas, pela sua simpatia e cooperação, mas, sobretudo, pelo que ele representa enquanto garante da nossa missão e dos nossos valores.

Finalmente, saudar o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e agradecer-lhe, Senhor Dr. Vieira da Silva, o sinal político inequívoco que a sua presença, também como representante do Governo, aqui simboliza, perante esta moldura humana de mulheres e homens que, dos quatro cantos de Portugal, rumaram a Albufeira para comungarem, em conjunto (perdoe-se a tautologia), dos mesmos ideais, dos resultados obtidos e das mesmas preocupações. Seguramente, ao regressarem às suas terras, eles, que são líderes de opinião, darão também conta do que aqui vão sentir, ver e ouvir.

Permitam-me que, já agora, lhe agradeça a Oração de Sapiência que vai proferir e que saliente e releve o papel que o Senhor Dr. Vieira da Silva tem desempenhado com a sua equipa. Já tive ocasião de lhe dizer pessoalmente, mas tenho todo o gosto em o assumir publicamente, muito do que aprendi, ao longo destes anos, em matéria de respostas sociais, aprendi com Vossa Excelência. Estou completamente à vontade, porque não me ligam outros laços a não ser os que resultam da estima e do respeito, que acredito ser mútuo e que resultam do trabalho em conjunto, que já leva muitos anos.

Como Presidente da UMP, permita-me dizer-lhe que lhe agradecemos vivamente a sua presença e que ela nos deixa particularmente felizes.

E já agora, porque, como sabe, na minha vida pública, que já vai longa, sempre usei de lealdade, de frontalidade e de pragmatismo ancorado nos valores, quero deixar claro que continuo a acreditar fortemente no setor social, na economia social e na cooperação, tal como vem plasmado no Pacto de Cooperação, assinado num Governo do Partido Socialista, presidido pelo atual Secretário-Geral das Nações Unidas, o nosso comum amigo, engenheiro António Guterres.

Dei-me, aliás, ao trabalho de verificar que, nessa época, eu já integrava o Secretariado Nacional da UMP, e V. Exa. e o atual Primeiro-Ministro integravam esse Governo.

Ora, neste contexto, e com estes atores, é evidente que só por demagogia barata ou cega ideologia, se pode pretender que o papel do setor social, em geral, e das Misericórdias, em especial, seja outro que não o de cooperar com o Estado; e saliento este aspeto fundamental porque quero deixar claro que as Misericórdias nem são concorrenciais com o Estado, nem o setor social é um ramo do setor privado.

Para dar dois exemplos muito recentes, para além da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados, em que mais de 80% dos cuidados são prestados no setor social, foi nesse quadro que, com médicos das Misericórdias, começámos a fazer consultas de medicina curativa no Arco Ribeirinho de Setúbal ou que, nos dois últimos anos, assegurámos o funcionamento dos SUB e das Urgências do Algarve, entre os quais, o daqui, de Albufeira.

É claro que a cooperação também vincula o Estado a cumprir o que propõe e acorda; e ter presente que os compromissos assumidos são para cumprir. É que, muitas vezes, esses compromissos criam expectativas, implicam avultados investimentos, geram empregos sustentáveis, contribuem para a coesão territorial e social.

Aliás, numa altura em que se fala tanto em Leis de Bases, permita-me que saliente que a Lei de Bases da Economia Social, no seu artigo 9.º, comete ao Estado a obrigatoriedade de considerar, na sua planificação das respostas sociais, a capacidade instalada das instituições de economia social.

Neste contexto, Senhor Ministro, o Estado pode e deve continuar pois a contar connosco, porque somos parceiros ativos, sérios, disponíveis e leais.

É evidente que só por demagogia barata ou cega ideologia, se pode pretender que o papel do setor social, em geral, e das Misericórdias, em especial, seja outro que não o de cooperar com o Estado

A cooperação também vincula o Estado a cumprir o que propõe e acorda; e ter presente que os compromissos assumidos são para cumprir

**Senhor Ministro,
Senhores Provedores:**

As Misericórdias Portuguesas, como os outros parceiros do setor solidário, debatem-se hoje com dois problemas maiores:

- O problema do envelhecimento da população;
- O problema da sustentabilidade.

Permitam-me que dedique alguns minutos a estes dois problemas.

Relativamente ao envelhecimento, são conhecidos os números e, por isso, não vou perder tempo com eles. Apenas salientar que este aumento, continuado e permanente, arrasta consigo mais e maiores fragilidades das pessoas, mais doenças crónicas, novas patologias, de que as demências, em particular, são um exemplo com consequências sociais incalculáveis.

Só que esta realidade veio mudar o perfil dos nossos idosos e, com isso, o perfil das nossas respostas sociais, com tudo o que isso representa em termos de capacidade de resposta e, em termos de prestação de cuidados (mais recursos humanos e, sobretudo, recursos humanos tecnicamente mais qualificados, instalações mais adaptadas, mais e mais caros medicamentos, etc.).

Os nossos lares parecem, cada vez mais, unidades de cuidados continuados, da mesma

forma que todos os dias se esbate, cada vez mais e mais depressa, a fronteira entre a Segurança Social e a Saúde.

Tendo presente esta realidade, não me parece possível manter um olhar tradicional sobre os sistemas de saúde. E, como li num jornal há algum tempo, “tudo mudou à nossa volta, menos a nossa maneira de pensar”.

Os cidadãos, os eleitores, é que já perceberam isso. Acredito que o Governo e o partido que o sustenta não permita que, o mais que necessário reforço do setor público do SNS (que ninguém no setor social contesta), se faça em detrimento da atividade das instituições da economia social, cuja competência, em termos técnicos e de proximidade, é reconhecida por todos, desde a ERS aos cidadãos.

Mas, regressando às questões do envelhecimento, temos a firme convicção de que é, em sede de apoio domiciliário, que o futuro da prestação de cuidados aos idosos há-de ser centrada, nomeadamente, visto o que as novas tecnologias estão já a poder proporcionar aos cidadãos; naturalmente, sem prejuízo das respostas tradicionais, que não hão-de ser dispensáveis nos anos mais próximos.

Pelo contrário, olhando para o envelhecimento como um processo, verificamos um período cada vez maior de fragilidade e de extrema dependência e é óbvio que vamos continuar a necessitar de respostas de qualidade que implicam a institucionalização dos utentes. E, por isso, o esforço que estamos a fazer no sentido da qualificação das respostas relativas ao envelhecimento com investimentos em equipamentos e inovação.

Neste contexto, solicitamos o apoio do Estado para uma garantia bancária, no âmbito de uma candidatura, primeiro ao Plano Junckers, e depois, por sugestão do Ministro Pedro Marques, diretamente ao BEI. E essa garantia está em marcha, no âmbito do IFD, por intervenção de V. Exa., junto dos seus colegas das finanças, que, mais uma vez, agradeço.

A outra questão é a da sustentabilidade.

Referi atrás que o setor social assinou com o Estado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade, vai para 22 anos. Nessa altura, era suposto que o valor da comparticipação se devia situar na faixa dos 50% do custo final da resposta (um pouco mais para a deficiência).

Confesso que não sei se algum dia essa percentagem foi alcançada, mas a verdade é que, nos últimos anos, se tem degradado com muita rapidez, nomeadamente vista a já referida mudança de perfil dos idosos, os aumentos (mais do que justos, saliente-se) do



JOSÉ SILVA PENEDA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP
Sessão de abertura do 13º congresso nacional

Fruto da melhor das condições humanas

salário mínimo, e as sucessivas exigências e preocupações em sede de qualidade.

A verdade é que a participação pública, acrescida dos recursos dos próprios e das suas famílias há muito que entrou no sinal vermelho como, ainda há dias, um estudo da Universidade Católica, promovido pela CNIS e apresentado com a chancela do Banco de Portugal, deu pública nota.

E nos cuidados continuados a situação é também altamente preocupante. É, pois, urgente iniciar um processo de recuperação dessa participação para valores aceitáveis, sob pena de regressarmos aos salários em atraso, e ainda pior, a baixas sucessivas da qualidade, de que justamente nos orgulhamos.

Porque, Senhor Ministro, a sustentabilidade tem a ver evidentemente com o equilíbrio financeiro da instituição; mas esse equilíbrio tem que ter, por pressuposto qualidade na prestação, salários mais justos, equipamentos mais dignos, abertura ao investimento em inovação.

Senhor Ministro:

Senhores Provedores:

As Misericórdias Portuguesas sabem que são atores incontornáveis das políticas sociais em Portugal. Sabem que estão do lado dos portugueses, independentemente da sua crença, ideologia, estatuto social, raça ou rendimento. Sabem que estão com os portugueses há 520 anos, mas que diariamente afirmam a sua modernidade e visão do futuro. Sabem que são geradoras de emprego sustentável, agentes de desenvolvimento, promotoras da inclusão e da coesão social.

Por isso, entenderam consagrar este congresso ao rigor, ao compromisso e à missão.

Rigor na gestão, porque sabemos que os recursos são escassos e que não é solução deitar dinheiro em cima dos problemas.

Compromisso com as pessoas que apoiamos (quer com as que cuidamos, quer com as que damos emprego) com a cooperação com o Estado na definição e execução das políticas públicas sociais e na utilização dos recursos públicos que, nos são confiados.

Missão, porque tudo o que fazemos se ancora nos valores que são os nossos e de que nos orgulhamos, e na nossa responsabilidade para com as comunidades que livremente criaram as Misericórdias.

É tempo pois de Congresso! Desejo a todos um bom trabalho porque, como dizem os chineses “Todos não seremos demais para fazer os outros felizes”.

Muito obrigado!

Em nome da Assembleia Geral da União das Misericórdias a todos saúdo e formulo votos para que este Congresso seja, a exemplo dos anteriores, um grande sucesso.

As Santas Casas continuam a ser úteis às comunidades que servem e, em muitos casos, fazem-no há séculos.

Souberam fazê-lo em diferentes regimes políticos e conviveram com várias crises.

Ao longo do tempo, sentiram no terreno o que significou, para muitos, a perda da esperança no futuro, o desânimo, o desemprego e até a fome.

E fizeram-no sempre sem grandes alardes, cultivando a discrição, mas com eficácia.

O País ao longo de séculos mudou muito, várias instituições desapareceram, outras nasceram, o Estado aumentou as suas funções no domínio social e as Santas Casas foram permanecendo, adaptando-se a novas realidades, a novas exigências e sempre com capacidades para criar novas respostas face a novos problemas.

As Santas Casas sempre foram úteis à comunidade que servem.

Vivemos um tempo em que as mudanças se sucedem a um ritmo que nunca foi experimentado na história planetária, o que vai proporcionar às Santas Casas novos e complexos desafios.

Este Congresso quer contribuir para que esses desafios possam ser ultrapassados.

O primeiro tem a ver com as muitas e complexas consequências que resultam da evolução demográfica do País.

Até 2070, a população com mais de 80 anos vai crescer 165%!

Daqui decorre que se irão acentuar as doenças de evolução prolongada, com elevado grau incapacitante, o que vai obrigar a que se encontrem respostas inovadoras, novos modelos de captação de fundos, de afetação de recursos, de organização e gestão da prestação de cuidados. O tema do envelhecimento será o primeiro a ser debatido, amanhã.

Outros temas do Congresso são a economia social, área em que as Misericórdias se inserem, e com especial incidência na questão da fiscalidade.

Em muitas terras do nosso País as Misericórdias são o principal empregador e dinamizador da economia local.

Um recente estudo da Universidade Católica demonstra que cada euro investido pelas instituições sociais em zonas de baixa densidade é multiplicado por mais 4 vezes devido ao facto desse valor ficar a circular na economia local, ao ser utilizado para pagar remunerações a trabalhadores destas instituições que aí vivem e para comprar bens e serviços a empresas locais.

Num tempo em que se fala na necessidade de desenvolver o “interior”, as Santas Casas para além do relevante papel social de apoio aos mais desfavorecidos são hoje, em muitas terras, fator decisivo de coesão social e regional.

Esta realidade irá também ser analisada no Congresso.

Outro assunto a ser tratado tem a ver com o facto de muitas das Misericórdias deterem património de elevado valor que deve ser, não só preservado e valorizado, mas também dado a conhecer a visitantes nacionais e estrangeiros.

Finalmente, destaco o tema de relacionamento entre Misericórdias e Estado.

Trata-se de uma questão que não poderia deixar de ser abordada neste congresso, no sentido de procurar explorar outras possibilidades de relacionamento entre o poder político e as Misericórdias, baseado na partilha de responsabilidades, livremente assumidas pelas partes e em torno de um espírito de compromisso que honre o passado das Santas Casas, as suas obras e a sua natureza institucional.

As Santas Casas nasceram com profundas raízes na religião católica e desenvolveram-se como resultado da vontade dos filhos de cada terra.

São, por isso, fruto da melhor das condições humanas, fruto da liberdade.

As Santas Casas nasceram livres e só assim fará sentido continuarem no futuro.

Este Congresso vai ser também, por isso, a afirmação dessa liberdade, conquistada por sucessivas gerações, na base de trabalho árduo e intenso em prol dos que mais precisam.

A excelência da qualidade dos convidados que vão compor os diferentes painéis é garantia do elevado nível das análises que aqui serão produzidas.

Uma palavra é devida ao Secretariado Nacional da União.

Na pessoa do Dr. Manuel de Lemos, e em nome das Santas Casas, quero agradecer a visão e a forma cuidada como souberam preparar este Congresso.

Em nome das Santas Casas quero expressar o nosso agradecimento ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social por ter aceitado estar hoje entre nós.

Interpretámos a sua presença, não só como um sinal de reconhecimento pela ação desenvolvida pelas Santas Casas, mas também como afirmação de disponibilidade para ser aprofundado o diálogo entre Estado e Misericórdias, que permita níveis de cooperação e resultados mais intensos, mais equilibrados e mais eficazes.

Muito obrigado.

Ao longo do tempo, [as Misericórdias] sentiram no terreno o que significou, para muitos, a perda da esperança no futuro, o desânimo, o desemprego e até a fome

**JOSÉ VIEIRA DA SILVA**

Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Setor social e modelo social no Portugal do século XXI: reflexões e desafios

A história recente de Portugal, da Europa e da generalidade das democracias, encontra na discussão das políticas sociais um dos eixos centrais do debate político, e em muitos momentos também do debate científico, bem como das preocupações cívicas e, até, civilizacionais.

Não é um tema de hoje. É bem conhecida a chamada “questão social” que dominou a agenda na viragem do século XIX para o século XX, quando a inquietação humanista, nas suas diversas sensibilidades, levou à multiplicação de propostas políticas e sociais, muitas delas de enorme impacto no século XX e neste início do século XXI.

Este movimento correspondeu ao acumular de tensões sociais justificadas pelo facto de uma grande parte da sociedade não sentir o impacto no bem-estar geral do enorme progresso das tecnologias produzidas pela revolução industrial.

Do ponto de vista do que hoje tendemos a chamar de modelo social europeu, podemos identificar dois momentos marcantes acerca da forma como os poderes públicos assumiram o seu protagonismo nesse pulsar das políticas sociais.

Em primeiro lugar a revolução social, a verdadeira revolução social, introduzida por Bismark, com a criação do seguro social generalizado para os trabalhadores industriais, numa lógica que hoje chamamos de proteção social, de matriz contributiva, e que cobria, já no último quartel do século XIX, eventualidades que ainda hoje consideramos fundamentais na área da segurança social, como a proteção na doença, na invalidez, na velhice e, como então se dizia, na viuvez.

Para além do enquadramento político do último quartel do século XIX, que esteve na origem desta radical reforma ligada à constituição da Alemanha como Estado Nação, importa sublinhar que o modelo então criado continua a marcar, do ponto de vista da doutrina e da filosofia política, muitas das opções contemporâneas.

O segundo momento de profunda influência no moderno Estado de bem-estar - o Estado Providência - produziu-se em meados do século XX, na altura da Segunda Guerra, sob a influência do famoso relatório Beveridge, no Reino Unido, que desenvolvia a necessidade de políticas sociais universalistas, destinadas a garantir respostas eficazes contra os “demónios” da sociedade de então: a escassez, a fome, a doença, a ignorância, a miséria e a inatividade. Eram estes os cinco “demónios” que Beveridge identificou.

Beveridge apontava para sistemas universais e generosos de educação, saúde e proteção social,

que deveriam ser garantidos a todos pelo Estado em contrapartida de obrigações contributivas igualmente universais.

Ainda hoje muito do debate sobre a natureza dos modelos sociais bebe nestas duas nascentes: uma mais universalista, outra mais corporativa. Estes modelos trouxeram contributos diferentes para a perceção do que é hoje o Estado Social.

Olhando, com a distância possível, para a natureza do Estado Social de hoje em Portugal, encontramos influências cruzadas destes dois modelos, contributivos e universalistas, tendência que aliás viria a constituir-se, provavelmente, como a arquitetura mais sólida das políticas sociais e a mais consistente na Europa e pelo mundo fora.

Mas também é verdade que, aqui como noutras latitudes e longitudes, o nosso modelo social sofre influência de práticas e políticas sociais com raízes mais profundas e com percursos e dinâmicas diversificadas.

Aliás, olhando para as raízes, próximas e longínquas, do que hoje chamamos de economia social e solidária, encontramos, não só em Portugal, mas particularmente no nosso país, essas realidades - do assistencialismo de matriz confessional ao associativismo de inspiração cooperativa ou mutualista - ambas, entre outras dimensões, ora inspirando ora antecipando, o moderno Estado Social.

Mas se a economia social tem peso, importância e relevo como uma realidade do nosso passado mais ou menos longínquo, é também uma realidade dos nossos dias e seguramente do nosso futuro.

Numa análise à realidade contemporânea, vale a pena destacar o papel do setor social em articulação com o que é hoje o nosso sistema de segurança social.

Esta relação consolida-se de forma clara nos anos 80 do século passado, não apenas no plano dos compromissos financeiros, mas igualmente no plano das ideias e da legislação, como se observa na primeira Lei de Bases da Segurança Social de 1984.

É a partir desta altura, e particularmente com o Pacto de Cooperação subscrito em 1996, que se dá um salto significativo, expresso no facto, por exemplo, de os acordos de cooperação entre o Estado/segurança social e o setor social terem crescido em termos reais mais de seis vezes desde 1980 até ao presente, o que demonstra bem o peso das transferências associadas aos acordos de cooperação entre o Estado e o setor social.

Do ponto de vista do seu crescimento, trata-se das rúbricas mais relevantes de todo o modelo de

Se a economia social tem peso, importância e relevo como uma realidade do nosso passado mais ou menos longínquo, é também uma realidade dos nossos dias e seguramente do nosso futuro

A rede de respostas sociais que hoje possuímos construiu-se respondendo a um conjunto de défices de necessidades sociais, tendo sido alcançados relevantes progressos em vários domínios, mas há desafios que são novos e novas questões que se podem antecipar

Acredito profundamente numa articulação virtuosa de políticas sociais públicas fortes e sustentáveis com o dinamismo e o reforço do papel social das instituições da economia social e solidária

segurança social, o que mostra bem a importância que este setor tem para a nossa vida coletiva. Nos últimos anos representaram mais de 80% de toda a ação social do Estado. Em 2019 deverão atingir um valor superior a 1500 milhões de euros.

Estes acordos de cooperação estão organizados em zonas críticas da vida das comunidades e das famílias e são hoje claramente dominantes em toda a ação social do Estado.

Do ponto de vista das respostas sociais organizadas, elas são hoje uma forte responsabilidade direta do setor social, o que não significa desvalorizar o papel de enorme importância que o Estado (a nível central e local) possuiu nesta evolução. A relação entre o terceiro setor e o Estado nas respostas sociais mostra bem o enorme domínio do setor social face às respostas de natureza pública. Também quando comparamos o peso relativamente baixo do setor lucrativo nas respostas sociais, não encontramos alterações relevantes. Ou seja, nas respostas sociais, o setor social é claramente dominante quer face ao setor público, quer face ao setor privado.

Vale a pena olhar para o crescimento de algumas valências e para algumas das contradições dos desafios que vivemos:

- Hoje, a ação estrutural com apoio público, as chamadas respostas sociais, concentra-se quase exclusivamente no setor social (incluindo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), mantendo o Estado uma intervenção marginal;

- Nestas respostas a participação do setor lucrativo da economia é largamente minoritária e sem tendência de alteração dessa posição;

- A estrutura destas respostas assenta numa rede de grande diversificação e com uma capilaridade territorial extremamente elevada.

A rede de respostas sociais que hoje possuímos construiu-se respondendo a um conjunto de défices de necessidades sociais, tendo sido alcançados relevantes progressos em vários domínios, mas há desafios que são novos e novas questões que se podem antecipar.

Seguramente, na área das políticas sociais, o desafio demográfico é um dos mais relevantes. Num quadro de ausência de mudanças significativas dos equilíbrios migratórios, Portugal enfrentará nas próximas décadas uma queda substancial da população ativa; um significativo envelhecimento da estrutura da população e uma alteração profunda da pirâmide etária.

As políticas sociais, o desenvolvimento da rede de equipamentos sociais e a inovação nos instrumentos de apoio social estão na primeira linha da adaptação às alterações demográficas e no combate a algumas das consequências mais duras em matéria de bem-estar, qualidade de vida e coesão social e territorial.

É neste quadro de avaliação retrospectiva e prospetiva que julgo que se tem de encarar a questão que motivou esta minha reflexão: setor social, modelo social, políticas sociais e Estado social, como olhar o futuro?

Acredito profundamente numa articulação virtuosa de políticas sociais públicas fortes e sustentáveis com o dinamismo e o reforço do papel social das instituições da economia social e solidária.

Dito isto, não julgo necessário, provavelmente nem sequer possível, que o modelo de relacionamento entre o Estado e políticas de direta responsabilidade pública e a ação do setor social deva ser idêntico em todas as áreas. Terá de ser necessariamente distinta a articulação das áreas onde o Estado tem a responsabilidade constitucional de provisão universal de recursos aos cidadãos, e onde o papel da economia social tem constitucionalmente todo o cabimento, das outras onde a responsabilidade do Estado é a de garantir o apoio ao desenvolvimento de respostas promotoras do bem-estar social e promoção de acessibilidade a essas mesmas respostas.

Ao refletirmos sobre as respostas sociais da responsabilidade do setor social, como aliás previsto na Lei de Bases da Segurança Social, várias questões assumem um relevo determinante:

L Que tipo de relação entre o Estado e as instituições do setor social? Estamos perante uma relação própria, original e distinta daquela que o Estado mantém com outros atores. A relação de cooperação não é, em geral, uma relação de concessão de serviços públicos, nem uma relação de subcontratação. É uma relação de mobilização combinada de esforços entre o setor público e o setor social no cumprimento das suas missões. Trata-se verdadeiramente de uma prosaica constatação de que o todo é maior que a soma das partes. Ou que estes recursos combinados produzem um maior nível de ganhos sociais. Se abdicarmos desta visão diferenciadora de cooperação, acredito que estaremos a pôr em causa a natureza desta cooperação e, eventualmente, a feri-la de forma irreparável em benefício de outras

A relação de cooperação não é, em geral, uma relação de concessão de serviços públicos, nem uma relação de subcontratação. É uma relação de mobilização combinada de esforços entre o setor público e o setor social no cumprimento das suas missões

A integração da economia social, por muitas e diversas razões, é, e deve continuar a ser, um traço identitário do nosso modelo social presente e futuro

visões, sejam elas estatizadoras ou de predomínio da comercialização dos serviços sociais. Este é um ponto que reforça a necessidade de manter esta lógica de cooperação como encontro entre partes para reforçar o impacto da sua ação conjunta.

2 Como conciliar o apoio público ao cidadão e a cooperação com as instituições? Esta é, porventura, a questão mais complexa de todas e a mais controversa. É essencial que todos entendamos que o fim último da cooperação é o apoio às condições de vida dos cidadãos e corresponde, crescentemente, a uma lógica de alargamento dos direitos de cidadania. Vai longe o tempo do assistencialismo e afirma-se cada vez mais o tempo dos direitos sociais. Esta cooperação justifica-se também por ser uma cooperação promotora dos direitos de cidadania. Mas esta lógica de alargamento dos direitos dos cidadãos é mediada por duas outras lógicas: a necessidade de assegurar a estabilidade do funcionamento das instituições e a garantia - este é um ponto que tenho realçado e que me preocupa - de conciliação de serviços tendencialmente universais com a eliminação do risco de seleção negativa, ou seja, de segregação dos utentes mais carenciados. Este é o maior desafio que a cooperação entre o Estado e o setor social enfrenta. Sabemos que a maior parte das respostas são tendencialmente universais, mas sabemos também que há riscos, nomeadamente oriundos do problema da sustentabilidade, de por vezes não garantirmos a acessibilidade plena de todos, não importa o seu nível de recursos, ao bem-estar social permitido por essas respostas.

3 Como conciliar o apoio social com o objetivo cada vez mais assumido de redução da institucionalização dos cidadãos beneficiários? Todos falam de desinstitucionalização, até na União Europeia. É necessário que este objetivo não seja confundido com uma atitude anti instituições sociais. O aumento das políticas de autonomia não é, bem pelo contrário, um fator que se traduza numa menor relevância nacional da rede de equipamentos e serviços na área social. A questão fundamental é outra: é repensar as políticas e as opções revalorizando modelos que favorecem políticas de autonomia. Aqui é necessário rever a velha figura do serviço de apoio domiciliário, que tem um carácter estratégico e decisivo.

4 Uma outra questão estruturante prende-se com o modelo de financiamento público das respostas sociais. O grande

desafio é o de conciliar o esforço público, as comparticipações familiares e a necessidade de garantir a sustentabilidade das instituições e do setor social. Há que não esquecer o princípio fundamental de diferenciar os apoios face à natureza das respostas em função da possibilidade de participação dos utentes ou das famílias. Creio que é necessário visitar essa realidade, avaliando os custos reais de cada resposta e encontrando os equilíbrios necessários para atingir os objetivos da eficácia social e da sustentabilidade. A garantia da sustentabilidade não é atingível numa simples alteração do ritmo de transferências, ela tem de ser encontrada numa gestão rigorosa e no equilíbrio entre a estabilidade dos recursos do Estado e os recursos das famílias.

5 Finalmente, interpela-nos sempre o desafio de adequar os apoios aos distintos enquadramentos, territoriais e sociais das instituições. São muitos os representantes de instituições que me dizem que não é a mesma coisa ter um centro de dia, um lar de idosos ou uma creche, que há realidades diferentes, custos diferentes, em zonas diferentes. Mas não se trata de uma diferenciação simples ou mecânica, já que o binómio território/fragilidade social não é linear. Em todos os territórios podemos encontrar enquadramentos de maior e menor fragilidade. Mas este é um objetivo que precisamos de aprofundar de forma séria, e, naturalmente, o Governo está aberto a essa reflexão. Temos, de facto, de tratar de forma distinta o que não é igual, com os limites do razoável. Vamos ter de encontrar a métrica e a racionalidade para não produzir diferenciações redutoras que agravem ainda mais as disparidades.

Termino, expressando a minha convicção de que a integração da economia social, por muitas e diversas razões, é, e deve continuar a ser, um traço identitário do nosso modelo social presente e futuro.

Para que essa realidade se afirme, consolide e desenvolva necessitamos de diálogo aberto, sério e positivo. E para isso, conto naturalmente com a União das Misericórdias Portuguesas. **VM**

[Texto adaptado da intervenção proferida pelo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, no XIII Congresso Nacional das Misericórdias, no dia 7 de fevereiro de 2019]



RUI GREGÓRIO, CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA (CMA)



SAMUEL MENDONÇA, FD

Autarquia (em cima) Dirigentes da Santa Casa de Albufeira e da União das Misericórdias foram recebidos pelo presidente da Câmara Municipal de Albufeira

Desfile (ao lado direito) As irmandades desfilaram pelas ruas mais emblemáticas de Albufeira e ao longo do percurso foram chamando a atenção de locais e turistas

Igreja (Em baixo) Bispo do Algarve, D. Manuel Quintas, recebeu as Misericórdias na igreja matriz de Albufeira para uma missa no âmbito do congresso



ANA CARGALEIRO DE FREITAS, VM



ANA CARGALEIRO DE FREITAS, VM



RUI GREGÓRIO, CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA (CMA)



ANA CARGALEIRO DE FREITAS, VM

Música (em cima à esquerda) O coro de câmara da Academia de Música e Dança da Misericórdia do Fundão acompanhou a eucaristia na matriz de Albufeira

Identidade (em cima) Com opas e bandeiras, as Misericórdias desfilaram ao longo de quase três quilómetros em Albufeira. O percurso terminou na Câmara Municipal

Oferta (em baixo) Secretariado Regional de Faro envolveu as Misericórdias para oferecer a oradores e congressistas um cesto com produtos locais

75

Um quarto da população em Portugal está em risco de desenvolver cancro até aos 75 anos e 10% corre o risco de morrer de doença oncológica, referiu Mota Soares, na sua apresentação sobre o envelhecimento em Portugal.

4

Portugal é, segundo o relatório da OCDE, Health at a Glance 2017, publicado a 10 de novembro de 2017, o 4º país com mais casos de prevalência de demência por cada mil habitantes.

Segurança social e saúde têm de convergir



Envelhecimento vai obrigar à convergência entre saúde e segurança social. Não pensar sobre este tema “pode sair caríssimo”

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Futuro comum A convergência entre saúde e segurança social será determinante para preparar o País para o envelhecimento da população. Não pensar sobre o impacto do aumento do número de idosos “pode sair caríssimo” e quem “vai ficar com a lama nas

botas são as instituições de solidariedade social”. Estas ideias foram defendidas durante a sessão temática dedicada ao tema “Envelhecimento: um futuro comum”, que contou com Sandra Pais, docente e investigadora da Universidade do Algarve (UALg), e Pedro Mota Soares, deputado do grupo parlamentar CDS-PP.

Segundo Sandra Pais, que coordena o Centro Internacional sobre o Envelhecimento na UAlg, a evolução demográfica aponta para um cenário com dois segmentos de idosos. As demências (que tendem a aumentar com o avançar da idade) vão determinar a maior parte dos casos de institucionalização e, por outro lado, seniores com outros tipos de

fragilidade tendem a permanecer em casa, usufruindo, para o efeito, de serviços de apoio domiciliário.

Neste cenário, programas de prevenção em saúde devem ser fomentados. Além da promoção de estilos de vida saudáveis (alimentação e atividade física), a prevenção de risco (queda no domicílio, por exemplo) e a reabilitação tendem a ser cruciais para a manutenção da qualidade de vida e da autonomia, possibilitando, desta forma, o adiamento da institucionalização.

Contudo, referiu Sandra Pais, o envelhecimento pode corresponder à emergência de novas profissões e novas oportunidades de mercado como turismo

sénior e atividades relacionadas com bem-estar. Não pensar sobre estas tendências “pode ficar caríssimo”, disse a investigadora.

Os custos do envelhecimento e o impacto da saúde foram aspetos também analisados por Pedro Mota Soares. Segundo o deputado do CDS-PP, um dos fatores mais gravosos para as contas públicas passa pela taxa de adultos ativos por pensionista. Em 1974 eram 9. Em 2017 apenas 2,5 e esta tendência tem vindo a suscitar alertas de entidades internacionais como o FMI. O envelhecimento terá, disse Mota Soares destacando um relatório deste organismo internacional, um enorme impacto na sustentabilidade do país.

O aumento da população idosa acarreta igualmente uma maior incidência de doenças como cancro e demências. Ambas têm vindo a aumentar ao longo dos anos e é “previsível que esta tendência se mantenha de acordo com o envelhecimento da população e com a adoção de estilos de vida menos saudáveis”.

Estas duas realidades colocarão mais exigências “aos sistemas de segurança social e saúde que terão de se ajustar para conseguirem responder e serem sustentáveis”.

A este debate, o ex-ministro acrescentou o fator de automação do emprego, que nos próximos anos tende a aumentar em praticamente todas as áreas de atuação e deve ser parte integrante desta reflexão. Dando conta de que o potencial de automação na área da ação social e dos cuidados de saúde ronda os 40%, lançou o repto: “como vamos preparar as nossas cidades para responder aos desafios do envelhecimento e da tecnologia?”.

A UMP, disse, tem vindo a colocar esta dimensão do envelhecimento no centro do debate público e, se nada for feito, quem ficará “com lama nas botas são as instituições de solidariedade que cuidam dos idosos”.

Dedicada ao tema “Envelhecimento: um futuro comum”, a sessão foi moderada por Carla Pereira, vogal do Secretariado Nacional da UMP e provedora da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana. **VM**

O envelhecimento pode corresponder à emergência de novas profissões e novas oportunidades de mercado como turismo sénior e atividades relacionadas com bem-estar

Um dos fatores mais gravosos do envelhecimento para as contas públicas passa pela taxa de adultos ativos por pensionista. Em 1974 eram 9. Em 2017 apenas 2,5

14

Segundo o presidente da CCDR Algarve, no âmbito do Algarve 2020, foram aprovados 13 Planos de Ação de Regeneração Urbana no valor de 14 milhões de euros, destinados à salvaguarda do património cultural e natural, melhoria do ambiente urbano e revitalização das cidades.



Património é fator de diferenciação turística

O património cultural é um fator de diferenciação turística e valorização territorial que importa preservar e dinamizar

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Turismo e património O património cultural é um fator de diferenciação turística e valorização territorial que importa preservar através da requalificação, inventariação e dinamização junto de novos públicos, constituindo-se ainda como importante recurso e fonte de financiamento alternativa. A ideia foi defendida na sessão temática dedicada ao “Turismo e Património nas Misericórdias”, no dia 8 de fevereiro, com

a participação de Rui André, vice-provedor da Misericórdia de Monchique, Francisco Serra, presidente da CCDR Algarve, Gonçalo Rebelo de Almeida, administrador do Grupo Vila Galé, e Miguel Magalhães Duarte, secretário geral do Millennium BCP.

Antes de dar palavra aos oradores convidados, o moderador e presidente da Câmara Municipal de Monchique destacou o trabalho

desenvolvido pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP) ao nível da inventariação e recenseamento da realidade patrimonial das associadas. “A UMP tem trabalhado de forma incansável no levantamento do património móvel, imóvel, arquivístico e imaterial. Este inventário é uma garantia de segurança para os espólios, com a devida contextualização local, porque permite fazer prova da sua propriedade”.

Depois de salvaguardada essa herança cultural, através da requalificação e inventariação, “é importante que o património seja vivido através da abertura destes espaços e da capacitação e formação dos técnicos e responsáveis das instituições”.

Para o administrador do Grupo Vila Galé, Gonçalo Ribeiro de Almeida, a vivência desse património é enriquecida quando há “histórias para contar” sobre os detalhes arquitetónicos e protagonistas desses lugares. O património histórico é um “fator de inovação e diferenciação essencial num universo competitivo” e por essa razão o grupo hoteleiro quer dar continuidade ao investimento iniciado nesta área, replicando o modelo iniciado com a Misericórdia de Braga para reconversão do antigo hospital de São Marcos num hotel (Vila Galé Collection Braga).

Focado numa estratégia de desenvolvimento sustentável para a região, assente na conservação de recursos, inovação e equilíbrio demográfico, o presidente da CCDR Algarve desafiou ainda os dirigentes das instituições presentes a aproveitar o “potencial do património” enquanto fonte de financiamento, no âmbito do próximo quadro comunitário (Algarve 2030). “O património das Misericórdias é um recurso com potencial que pode ser aproveitado, seja do lado da oferta [requalificação de imóveis para turismo] seja do lado da procura, organizando viagens de turismo social”, referiu Francisco Serra.

Para finalizar a sessão, o secretário geral do Millennium BCP, Miguel Magalhães Duarte, apresentou um conjunto de soluções de financiamento disponíveis para “valorização deste ativo”, onde se incluem o IFFRU 2020, Linha de Apoio à Qualificação da Oferta 2018, Linha Capitalizar 2018, Linha Millennium FEI Inovação e Linha Capitalizar Turismo (a disponibilizar brevemente). **VM**

Depois de salvaguardada essa herança cultural, através da requalificação e inventariação, “é importante que o património seja vivido através da abertura dos espaços”

O património das Misericórdias é um recurso que pode ser aproveitado, do lado da oferta [requalificação de imóveis para turismo] e do lado da procura, organizando viagens de turismo social

1,5

O empreendedorismo social e criação de emprego tem sido uma das prioridades do Banco Montepio, desde 2006. Em 2018, este tipo de soluções de financiamento registou um acréscimo de 1,5 milhões de euros, mais de 100 projetos financiados e 150 postos de trabalho criados.

‘Sistema fiscal é amigo da economia social’



Diferenciação fiscal é fundamental para a sustentabilidade da economia social e a solidariedade é o valor que justifica a diferença

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Fiscalidade O valor que justifica o tratamento diferenciado das entidades do setor social e solidário é o valor da solidariedade. A afirmação foi feita pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, durante a sessão temática dedicada à fiscalidade e à sustentabilidade da economia social. A sessão temática moderada pelo tesoureiro da União das Misericórdias Portuguesas, José António Rabaça, contou também com Dulce Mota,



recentemente nomeada presidente executiva do Banco Montepio.

Destacando a importância das Santas Casas para a coesão territorial e para o desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde, que “não teria sido tão rápido se não tivéssemos aproveitado a capacidade instalada das Misericórdias”, António Mendonça Mendes afirmou que o “sistema fiscal é amigo da economia social”.

IRC, IVA, IMT, IMI e Imposto do Selo são exemplos de benefícios fiscais que, ao longo dos anos, têm sido concedidos ao setor social pelo Estado. “Se a solidariedade não implica diferenciação fiscal, o que implicará?”

O secretário de Estado referiu ainda a “dimensão estrutural” do regime de tributação da economia social. Apesar de serem sujeitos passivos de IRC, estão isentos de pagamento, mas não das outras obrigações declarativas. A informação fiscal, continuou António Mendonça Mendes, é importante numa lógica de “prevenção de fraude fiscal”.

O secretário de Estado deu conta aos congressistas das novas regras fiscais, aprovadas em dezembro de 2018 em Conselho de Ministros e que deverão entrar em vigor a partir de 2020. O novo modelo, referiu, visa “prevenir fenómenos de evasão fiscal e fraude fiscal”, ajudando a travar as intenções daqueles que se “querem aproveitar do sistema”.

No que respeita ao setor de economia social, a novidade é que o processamento de documentos fiscalmente relevantes passará a ter regras semelhantes às faturas para efeito de IVA, IRC e IRS. “Só teremos mais justiça e equidade fiscal se todos cumprirmos as nossas obrigações”, disse.

Sobre o impacto dos benefícios fiscais nas entidades de economia social, Dulce Mota afirmou que uma “mudança do paradigma fiscal de tributação das Misericórdias pode pôr em causa a sua sustentabilidade”.

“Para as Misericórdias desenvolverem os seus objetivos têm de obter receitas, implementar projetos de natureza socioeconómica para fazer face às despesas inerentes aos seus fins. O desenvolvimento de atividades acessórias e complementares que requerem a adoção de medidas de incentivo e fomento, das quais a fiscalidade é um exemplo significativo.”

IRC, IVA, IMT, IMI e Imposto do Selo são exemplos de benefícios fiscais que, ao longo dos anos, têm sido concedidos ao setor social pelo Estado

O valor que justifica o tratamento diferenciado das entidades do setor social e solidário é o valor da solidariedade

50

Para Lino Maia, presidente da CNIS, 50% é o valor “expectável” com que o Estado deveria estar a compartilhar as despesas das instituições de modo a apoiá-las de forma sustentável. No entanto, o valor das comparticipações está nos 38%.

1500

Em 2019 os acordos de cooperação irão atingir “mais de 1500 milhões de euros” o que demonstra, segundo a secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, “a importância do setor social e solidário em Portugal”.



Relação de mobilização combinada de esforços

Lino Maia e Cláudia Joaquim foram os oradores de uma sessão onde foram debatidos os principais desafios da cooperação na atualidade

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Tutela e cooperação “É preciso reconduzir a comparticipação do Estado para valores justos”, alertou o presidente da CNIS, na sessão temática dedicada à “Tutela e Cooperação: Um desafio permanente”, em que participou com a secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim. Manifestando uma preocupação comum ao setor social, Lino Maia lembrou ser obrigação

do Estado “apoiar de forma sustentável” as instituições e lamentou que a “comparticipação das despesas seja de 38%, quando o expectável é que nunca descesse abaixo de 50%”.

Para o presidente da CNIS, o “grande desafio que neste momento se coloca é o da sustentabilidade”. Sem uma “comparticipação financeira justa”, as instituições não

conseguem remunerar adequadamente os seus trabalhadores, gerando uma “desmotivação dos quadros”, e correm dois riscos: o “encerramento” ou desvirtuamento da sua missão. “Em lugar de privilegiarem indivíduos desfavorecidos, as instituições têm de caminhar para outro extrato social”.

Em representação do governo, a secretária de Estado da Segurança Social referiu que a sustentabilidade das instituições sociais é uma prioridade e neste sentido está previsto um reforço da cooperação, no âmbito do Compromisso 2019-2020. “No ano de 2019, os acordos irão atingir mais de 1500 milhões de euros, o que demonstra a importância do setor social e solidário em Portugal e é representativo da responsabilidade partilhada do Estado e das IPSS”.

Cláudia Joaquim adiantou ainda que o atual governo decidiu lançar “uma nova fase de candidaturas a um PARES 2ª geração, baseado no alargamento da rede de equipamentos sociais” através da construção e requalificação de equipamentos já existentes.

Para que todas estas medidas possam ser implementadas com sucesso, a governante acredita que é necessário aprofundar e clarificar a relação entre o Estado e as instituições sociais. “Esta relação não é de concessão de serviços públicos nem de subcontratação. É uma relação de mobilização combinada de esforços” que permite alcançar “maior nível de ganhos sociais”.

No terreno, admite que o equilíbrio e definição de fronteiras nem sempre é fácil, mas garante: “não pediremos ao setor social que desempenhe funções que ao Estado competem, não pediremos mais do que podem fazer, não esperamos menos do que aquilo que sabem fazer”.

Sobre esta matéria, o dirigente da CNIS reclamou maior “respeito em certos serviços do Estado”, nomeadamente em fiscalizações “que não respeitam, muitas vezes, nem os dirigentes, nem as instituições, nem o setor”.

A moderar o debate, esteve a provedora da Misericórdia de Cascais e vogal do Secretariado Nacional da UMP, Isabel Miguéns, que lembrou que “a segurança social fala de todos nós. Caem no nosso colo as áreas que os outros não querem fazer, os restos dos serviços prisionais, casos de violência e situações muito complicadas”. **VM**

‘O grande desafio que neste momento se coloca é o da sustentabilidade deste setor com políticas sustentáveis e com financiamento ajustado’

‘É obrigação do Estado apoiar de forma sustentável as instituições. Temos de reconduzir a comparticipação aos valores justos’

4

Para António Tavares, provedor da Misericórdia do Porto, a relação das Misericórdias com o Estado vai precisar “no futuro, de sustentabilidade” em quatro eixos fundamentais: económico, financeiro, social e político.



‘Estado colapsava’ se Santas Casas fechassem as portas

Complementaridade e inovação são aspetos a desenvolver para que a relação entre Estado e Misericórdias continue a apoiar os portugueses

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Estado A relação entre as Misericórdias e o Estado vai obrigar a esforço de ambas as partes para que possa haver condições de trabalho conjunto. Inovação e complementaridade são aspetos que obrigatoriamente terão de ser desenvolvidos para que este relacionamento institucional continue a cumprir o seu objetivo que é apoiar os portugueses. A conclusão

surge no âmbito do painel dedicado ao tema “As Misericórdias e o Estado: Que Presente e Que Futuro?”.

“Temos de inovar no relacionamento institucional e na participação cívica e política perante o Estado”, defendeu o provedor da Misericórdia do Porto. Para António Tavares, “a relação com o Estado precisará, no futuro, de sustentabilidade” em quatro eixos.

Em primeiro lugar, a vertente económica “porque as instituições precisam que o Estado adquira prestações de serviços e não subsídios”, associada ao eixo financeiro porque os acordos de parceria têm de ser “orçamentalmente” viáveis.

O terceiro eixo é social, afirmou António Tavares. “A comunidade tem de perceber esta

relação” que deve “perdurar no tempo e ser assumida como opção de uma verdadeira política pública”. Este eixo político, disse, poderia ser beneficiado se houvesse, no governo, uma coordenação nacional entre as áreas da saúde e da segurança social.

A necessidade de segurança a longo prazo foi um dos aspetos destacados por Nuno Melo. Para o deputado europeu pelo CDS-PP, “é perverso” que não haja segurança na relação entre as Misericórdias e o Estado.

A ação das Santas Casas “não vive de ideologias” e é um serviço público porque é complementar e está onde é necessário. “As Misericórdias estiveram sempre onde o Estado mais fálhou” e se fechassem as portas, “o Estado colapsava” disse o deputado europeu.

Neste momento, continuou Nuno Melo, a ideologia está a marcar o posicionamento em relação ao setor social. Usando como exemplo a lei de bases da saúde, referiu que as parcerias até agora vistas como “complementares” poderão vir a ter um caráter “de exceção”.

Para encerrar o debate, a provedora da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, que moderava este primeiro painel do congresso, disse que a relação com o Estado tem de perdurar. “Não podemos trabalhar ao sabor dos ventos porque o nosso oxigénio é pouco”, concluiu Patrícia Seromenho. Por motivos de saúde, a deputada do Partido Socialista Ana Catarina Mendes, cuja presença estava confirmada neste painel, não pôde participar no 13º congresso nacional. 📍📍

A ação das Santas Casas “não vive de ideologias” e é um serviço público porque é complementar e está onde é necessário

Inovação e complementaridade terão de ser desenvolvidos para que o relacionamento entre Estado e Misericórdias cumpra o seu objetivo

60

Cerca de 60% da população portuguesa vive no litoral do país. Perante estes dados, Jorge Coelho, vice-presidente da Mota Engil, diz que é preciso contrariar “o abandono completo do interior”.

Compromisso para contrariar desertificação do interior



Para inverter o cenário de desertificação do interior do país será necessário ‘tomar medidas radicais’ e estimular agentes locais

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Território Coesão social depende de coesão territorial e para inverter o cenário desequilibrado que hoje predomina no País, com um interior fortemente desertificado, é necessário estimular os agentes no território e tomar “medidas radicais”. Estas foram as ideias a orientar o debate no âmbito

do painel dedicado ao tema “As Misericórdias Agentes de Desenvolvimento no Território”.

Moderado pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, José Silva Peneda, o painel contou com a presença de Jorge Coelho, vice-presidente da Mota Engil, Jorge Botelho, presidente da Associação de Municípios do Algarve (AMAL), e Álvaro Amaro, presidente da Câmara Municipal da Guarda.

Compromisso foi uma das principais palavras a marcar este debate. Para Jorge Botelho, o desenvolvimento territorial depende das comunidades e este compromisso com as populações é determinante não só para a criação de emprego como para a segurança das famílias

através do relacionamento direto com as instituições. Por causa da sua natureza, as autarquias estão especialmente sensíveis a esta questão da proximidade, disse o presidente da AMAL.

Com acordos cumpridos, continuou, as Misericórdias conseguem ser agentes de desenvolvimento do território, contribuindo para dar resposta aos desafios demográficos.

Também Álvaro Amaro frisou a importância do compromisso, mas também da contratualização e da confiança. Destacando o trabalho do setor social para o desenvolvimento do território, o presidente da Câmara Municipal da Guarda afirmou que são as pessoas o fator mais importante desta equação.

As instituições de proximidade têm uma relação de compromisso direto com as populações, disse o autarca, referindo de seguida que o mesmo não acontece com o Estado, que nem sempre tem uma relação de compromisso e confiança nem com as pessoas, nem com as instituições locais. Nada disso é bom para a qualidade da democracia portuguesa, afirmou Álvaro Amaro, deixando ainda uma pergunta: por que razão não havemos de exigir do Estado uma relação de confiança?

O painel terminou com a intervenção de Jorge Coelho, vice-presidente da Mota Engil, com um forte apelo sobre aquilo que considerou ser “um problema sério na estrutura” do País. Os números dão nota do desequilíbrio. Cerca de 60% da população está na faixa costeira, 45% da população concentrada nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto.

Para contrariar “o abandono completo do interior”, Jorge Coelho afirmou que importa “tomar medidas radicais, de pensamento estratégico, do desenvolvimento do país. Não pode ser com medidas mínimas”.

Referindo que não quer viver num país que prescindia da economia social cujo trabalho atenua desigualdades, o vice-presidente da Mota Engil disse que um dos principais problemas deste setor é “a falta de força e capacidade de protesto”. As Misericórdias, continuou, “não são notícia” porque “as políticas positivas não são notícias, não interessam aos meios de comunicação”. **VM**

Para contrariar o abandono completo do interior importa ‘tomar medidas radicais, de pensamento estratégico, do desenvolvimento do país’

Desenvolvimento territorial depende das comunidades e este compromisso com as populações é determinante para a criação de emprego e para a segurança das famílias

Como vamos preparar as nossas cidades para responder aos desafios do envelhecimento e da tecnologia?

Pedro Mota Soares
Deputado pelo CDS-PP

O desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde não teria sido tão rápido se não tivéssemos aproveitado a capacidade instalada das Misericórdias

António Mendonça Mendes
Secretário de Estado Assuntos Fiscais

O Estado colapsava se as Misericórdias fechassem as portas

Nuno Melo
Deputado europeu pelo CDS-PP

Os nossos acionistas são os pobres

António Tavares
Provedor da Misericórdia do Porto

O inventário do património das Misericórdias é uma garantia de segurança para os espólios porque faz prova da sua propriedade

Rui André
Presidente da Câmara Municipal de Monchique

Políticas positivas não são notícias, não interessam aos meios de comunicação

Jorge Coelho
Vice-presidente da Mota Engil

Por que razão não havemos de exigir do estado uma relação de confiança?

Álvaro Amaro
Presidente da Câmara Municipal da Guarda

Se todas as entidades entram numa competição para angariação de recursos, qual a razão de não demonstrar uma atuação transparente e clara?

Nuno Mota Pinto
Vogal executivo do Montepio

As Misericórdias são absolutamente essenciais para a nossa sociedade

Jorge Botelho
Presidente da AMAL

As Misericórdias têm o direito de reclamar cumprimentos de acordos

Tomás Correia
Presidente da Associação Mutualista Montepio

Talvez seja tempo de deixarmos de adjetivar o apoio domiciliário

Edmundo Martinho
Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Os concursos públicos são ganhos na papelada e não na proposta

Luís Menezes
Diretor geral da UNILABS Portugal

Não precisamos de mais financiamento para fazer mais do mesmo, mas para aplicar na transformação do sistema em prol das pessoas

Maria de Belém Roseira
Ex-ministra da Saúde

Temos um caminho de décadas que vai continuar

Cláudia Joaquim
Secretária de Estado da Segurança Social

Se o Estado não dá exemplo, como pode pedir rigor e transparência à restante economia?

João Vieira Pereira
Diretor adjunto do Expresso

Através das listas de espera e das convenções com o setor social somos, por exemplo, o país europeu que mais opera cataratas

João de Deus
Membro do Conselho Nacional da Ordem dos Médicos

Os hospitais vão sair das suas paredes, para se dirigirem às comunidades

Lia Fernandes
Professora associada da Universidade do Porto

É preciso tirar um curso para ser doente em Portugal

Helena Bárrios
Adjunta de direção clínica do Hospital do Mar

Devemos transformar os nossos ideais em respostas concretas

Zélia Reis
Diretora coordenadora da Santa Casa da Misericórdia de Trofa

O Estado deve atuar apenas onde mais ninguém consegue atuar

Eurico Castro Alves
Presidente da comissão organizadora da Convenção Nacional de Saúde

É uma oportunidade participar na transformação tecnológica que o setor social e solidário tem de fazer

Manuel Eanes
Administrador executivo da NOS

O património é um fator de inovação e diferenciação turística essencial num universo competitivo

Gonçalo Rebelo de Almeida
Administrador Grupo Vila Galé

Os bons profissionais de hoje podem ser os provedores e mesários de amanhã

Nuno Gomes
Diretor técnico da Santa Casa da Misericórdia de Arganil

O respeito é importante e, às vezes, parece que não abunda em certos serviços do Estado

Lino Maia
Presidente da CNIS

3

A diversidade organizacional, as múltiplas origens e filosofias e as diferentes áreas em que as entidades da economia social atuam são 3 fatores que contribuíram, segundo Luís Reto, para uma “indefinição institucional” sobre economia social.

Experiência de proximidade para resolver problemas sociais

A experiência das entidades de economia social deve ser alavancada para resolver problemas sociais e alicerçar um futuro diferente

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Economia social Tomás Correia, Luís Reto e Eduardo Graça foram os intervenientes do painel que encerrou o segundo dia de trabalhos do 13º congresso nacional das Misericórdias. Para as Santas Casas, afirmou Vítor Melícias, que presidia o painel, a economia social já era, em 1985, aquando do congresso internacional nas Caldas da Rainha, considerada um eixo estratégico para alicerçar um futuro diferente.

Mais de 30 anos depois, a economia social resolveu algumas questões identitárias e reforçou o seu papel na sociedade portuguesa, mas ainda há muito por fazer. Segundo Luís Reto, ex-reitor do ISCTE e autor de publicações sobre o setor social, ainda estamos perante uma “indefinição institucional” do setor.

Esta indefinição é caracterizada, ainda segundo Luís Reto, por três fatores. O primeiro deles passa pelas “múltiplas origens e filosofias” do setor, composto por diversos movimentos religiosos, operários, intelectuais, comunitários e filantrópicos. Outro fator é a diversidade organizacional. O setor da economia social em Portugal é formado pelas Misericórdias, mas também por cooperativas, fundações, mutualidades etc. Por último, o ex-reitor destacou a diversidade dos domínios de ação, que passam por áreas como apoio social, saúde, ensino, cultura, desporto, crédito, agricultura etc.

Esta diversidade foi resolvida através de um eixo transversal ao setor: o bem comum. No domínio normativo, esta questão está resolvida, sobretudo por três vias: lei de bases,



conta satélite e Confederação Portuguesa de Economia Social.

Contudo, importa ainda encetar esforços no sentido de promover os valores da economia social em dois planos. Por um lado, através da comunicação porque o setor não terá “existência real” se “não existir para a opinião pública”, por outro, um sistema formativo próprio para que os valores da economia social estejam presentes em conceitos de gestão como missão, visão, liderança, estratégia e qualidade.

“A economia social é a resposta a alguns dos problemas que referimos hoje”. A afirmação é de Eduardo Graça, presidente da Cooperativa António Sérgio para Economia Social (CASES), que tem desempenhado um papel determinante para a afirmação do setor. Lei de bases, conta satélite e confederação foram ações promovidas e lideradas pela CASES que, segundo o seu presidente, se prepara para divulgar um estudo estatístico sobre voluntariado.

Ideia semelhante foi defendida pelo presiden-

te da Associação Mutualista Montepio. De acordo com Tomás Correia, não há no País instituições com maior conhecimento da realidade do território e esta experiência deve ser alavancada para resolver problemas sociais. São muitas as oportunidades de intervenção para as instituições, mas “ainda não encontramos o verdadeiro caminho, numa visão de longo prazo, onde todas as ações se integrem e onde se produzam resultados para resolver problemas, ajudando as pessoas a adotar uma vida mais saudável e humana”. 

Não há no País instituições com maior conhecimento da realidade do território e esta experiência deve ser alavancada para resolver problemas sociais

No domínio normativo, esta questão está resolvida, sobretudo por três vias: lei de bases, conta satélite e Confederação Portuguesa de Economia Social

30

Com a utilização de novas tecnologias, o registo dos sinais vitais e administração da medicação (via oral) pode ser feito em cerca de 30 segundos. Usando os métodos tradicionais as mesmas tarefas demoram cerca de 2 minutos a ser realizadas.

120

Ao monitorizar os sinais vitais e a administração de medicação através de novas tecnologias as instituições ganham cerca de 120 horas de trabalho mensal, o que se traduz em mais tempo disponível para cuidados diretos.

Ganhos em eficácia e segurança para a terceira idade

Articulação entre diferentes cuidados, ganhos em segurança e gestão eficaz de recursos são algumas das vantagens associadas

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Novas tecnologias Articulação entre diferentes níveis de cuidados, ganhos em segurança e gestão eficaz de recursos são algumas das vantagens associadas à utilização de dispositivos tecnológicos na prestação de cuidados a idosos. Na sessão temática sobre “Novas Tecnologias na Prestação de Cuidados às Pessoas Idosas” foram ainda apresentadas soluções disponíveis no mercado, riscos e investimentos associados, com a participação de Humberto Carneiro, provedor da Misericórdia de Póvoa de Lanhoso, Manuel Eanes, administrador executivo da NOS, e Manuel Caldas de Almeida, vogal da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) na área da saúde.

No arranque da sessão, o administrador executivo da NOS mostrou-se disponível para desenvolver, em colaboração com as Misericórdias, um conjunto de soluções tecnológicas adaptadas às necessidades dos idosos no domicílio, estruturas residenciais e centros de dia. “Meios médicos para fazer diagnósticos à distância”, instrumentos para “acompanhamento e monitorização inteligente” e apoio na toma da medicação foram alguns dos exemplos destacados com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos utentes e seus cuidadores.

Os ganhos são evidentes para as instituições, utentes e equipas no terreno, como constata o provedor da Misericórdia de Póvoa de Lanhoso.

“Ganhos de qualidade, na gestão de recursos e ganhos de tempo”, resumiu Humberto Carneiro, na sequência da implementação de uma “Plataforma de Coordenação e Monitorização” em três respostas sociais (unidade de cuidados continuados, estrutura residencial para pessoas idosas e apoio domiciliário) da instituição.

Na prática, esta plataforma permite criar um plano de intervenção adequado a cada utente, planeando tarefas, articulando serviços e gerindo com eficácia os recursos (físicos e humanos) disponíveis. É possível monitorizar tarefas, vigiar sinais vitais, gerir consumos e minimizar erros nos processos, aumentando o tempo disponível para cuidados diretos.

A moderar o debate, o provedor da Misericórdia de Mora e vogal da UMP, Manuel Caldas de Almeida, referiu que este tipo de mudanças pode acarretar “resistências” numa fase de implementação, mas traz inúmeras vantagens por permitir conjugar cuidados sociais e de saúde, de forma adequada às “novas necessidades das pessoas e cuidadores”. **VM**



Tecnologia permite articulação entre diferentes níveis de cuidados, ganhos em segurança e gestão eficaz de recursos

É possível monitorizar tarefas e sinais vitais, gerir consumos e minimizar erros nos processos, aumentando o tempo disponível para cuidados diretos



Garantir competências sociais, de gestão e de visão são para o vogal executivo do Montepio, Nuno Mota Pinto, os três pilares essenciais para que as entidades da economia social e solidária garantam uma sociedade mais justa, inclusiva e humana

Concretizar uma gestão empresarial com fim social

Transparência tende a ganhar cada vez mais importância enquanto valor de gestão nas entidades de economia social e solidária

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Transparência e rigor Os desafios de gestão com que são confrontadas as entidades do setor social foram o tema da sessão temática “Transparência e rigor: instrumentos fundamentais de gestão”. Moderado pelo provedor da Misericórdia de Amarante, José Augusto Silveira, o debate contou com João Vieira Pereira, diretor adjunto do Expresso, Nuno Mota Pinto, vogal executivo do Montepio, e Luís Menezes, diretor geral da UNILABS Portugal.

“Se o Estado não dá exemplo, como pode pedir rigor e transparência à restante economia?”. A pergunta foi lançada pelo diretor adjunto do Expresso, que falava aos congressistas a propósito do orçamento de Estado para 2019 e sobre as recentes denúncias relativas à gestão da Caixa Geral de Depósitos, que considera “a antítese do que deveria ser rigor e transparência”.

Esta ideia da transparência dos resultados foi defendida pelo diretor geral da UNILABS Portugal, para quem o código da contratação pública, além de ver “o gestor público como um corrupto à partida”, tem normas que nem sempre viabilizam as melhores práticas em gestão.

Muitas vezes, referiu Luís Menezes, “os concursos públicos são ganhos na papelada e não na proposta”. As perdas provocadas por este modelo “sem flexibilidade para a velocidade do século XXI” são de carácter financeiro e qualitativo e têm impacto em toda a população do país, disse.

Para este responsável, “só se pode gerir com a máxima eficiência a utilização dos recursos com instrumentos que ofereçam agilidade, autonomia, flexibilidade e rapidez de decisão”. Esta autonomia, continuou, “implica uma transparência total dos resultados obtidos e medidas punitivas reforçadas para os prevaricadores”.

A sessão temática dedicada à gestão terminou com a apresentação de Nuno Mota Pinto, para quem transparência e rigor na gestão das entidades de economia social devem constituir um dever e uma exigência, quer junto de quem apoia financeiramente, quer junto da sociedade civil. “Se todas as entidades entram numa competição para angariação de recursos, qual a razão de não demonstrar uma atuação transparente e clara?”

Por isso, continuou o vogal executivo do Montepio, as entidades de economia social e solidária devem “adaptar-se ao contexto socioeconómico que as rodeia, concretizando uma gestão empresarial, com fim social”.

Entre diversas medidas que devem ser implementadas pelas entidades do setor social, Nuno Mota Pinto destacou a profissionalização dos recursos humanos com ferramentas de gestão, “desde logo junto dos órgãos de direção”. As entidades, disse, devem “fomentar capacidades de liderança junto dos quadros diretivos, capacitar e formar os seus recursos humanos e gerir talento humano com níveis de retribuição adequados”.

Na reta final deste debate e a propósito de políticas de recursos humanos, o diretor adjunto do Expresso afirmou que “a transparência gera resultados” e que uma boa prática de transparência para empresas e entidades de economia social é a publicitação das remunerações dos seus colaboradores.  



O código da contratação pública vê “o gestor público como um corrupto à partida” e tem normas que nem sempre viabilizam as melhores práticas em gestão

Transparência gera resultados e uma boa prática para as empresas é a publicitação das remunerações dos seus colaboradores

300

A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que até 2049 se registre um acréscimo de 300% no número de pessoas com doenças crónicas. Também o número de pessoas com mais de 80 anos vai aumentar, até 2050, em 170%.

‘Tirar um curso para ser doente em Portugal’

Apoio domiciliário medicalizado e hospitalização domiciliária são tendências de um novo paradigma de cuidados de saúde

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Apoio domiciliário O envelhecimento da população acarreta um aumento de doenças crónicas e esta tendência vai obrigar a uma reformulação do sistema de saúde. A conclusão surge no âmbito do painel dedicado ao tema “Apoio domiciliário medicalizado: um paradigma de modernidade” que contou com Lia Fernandes, professora associada da Universidade do Porto (UP), e Helena Bárrios, adjunta da direção clínica do Hospital do Mar. A moderação ficou a cargo do provedor da Santa Casa de Lisboa, Edmundo Martinho.

Os dados demográficos e clínicos não deixam margem para dúvidas. Segundo Lia Fernandes, o número de pessoas com mais de 80 anos vai aumentar, até 2050, 170% na Europa. Associado a este número está a taxa de doenças crónicas que de acordo com a OMS deve registar até 2049 um acréscimo de 300%.

Para a professora associada da UP, os números vão obrigar a uma intervenção dirigida aos cuidados, mais do que à cura de doenças. Para o efeito, os hospitais deverão “sair das suas paredes, para se dirigirem às comunidades”. O trabalho integrado com cuidados primários, cuidados continuados e equipas de apoio social será, neste sentido, determinante para que as necessidades (clínicas e sociais) dos doentes e suas famílias sejam colmatadas.

Além de humanizar os cuidados e melhorar indicadores clínicos, continuou Lia Fernandes, esta alteração de paradigma também tem impacto positivo nas contas. Dando como exemplo o ser-



viço de hospitalização domiciliária do Hospital Garcia de Orta, a professora afirmou que a taxa de reinternamento é de 9% e a de mortalidade de 1,3%. Sobre a despesa, o montante gasto por doente em hospitalização domiciliária representa menos de metade do custo de internamento hospitalar tradicional.

Este trabalho de reformulação dos cuidados de saúde deve, de acordo com Helena Bárrios, ser planeado e ponderado em função de custos

e complexidade, privilegiando, sempre que possível, a vontade do doente.

“É preciso tirar um curso para ser doente em Portugal”, disse a responsável do Hospital do Mar, destacando a atual complexidade do sistema de saúde e recordando as principais aspirações de quem sofre de doenças crónicas: “controlo sintomático, reversão de intercorrências e apoio na dependência”.

Para Helena Bárrios, “o apoio domiciliário na

dependência continuará a ser predominante”, mas importa prever necessidades com base em dois critérios: evolução demográfica e prevalência de doença na comunidade. Importa também resolver o que considera ser um dos principais desafios do atual sistema: a excessiva fragmentação de cuidados. Sobre este aspeto, Edmundo Martinho, que moderava a sessão, afirmou que “talvez seja tempo de deixarmos de adjetivar o apoio domiciliário”.  

O apoio domiciliário na dependência continuará a ser predominante, mas importa prever necessidades com base na evolução demográfica e na prevalência de doença na comunidade

Além de humanizar os cuidados e melhorar indicadores clínicos, a alteração de paradigma em saúde também tem impacto positivo nas contas

14

Para Nuno Gomes, que trabalha no universo das Misericórdias há mais de 20 anos, os técnicos devem assimilar a identidade destas instituições, assente nas 14 obras de misericórdia, de forma a entenderem a cultura organizacional das Santas Casas.



Peças fundamentais na criação de valor

Um dos desafios aos quadros técnicos é a incorporação dos valores e práticas que caracterizam a cultura organizacional das Santas Casas

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Profissionalização Um quadro técnico capacitado, motivado e alinhado e com a identidade e missão das Misericórdias é um dos garantes de continuidade e excelência das instituições. Assim frisaram os diretores coordenadores das Santas Casas de Arganil e Trofa, Nuno Gomes e Zélia Reis, respetivamente, na sessão temática sobre “Profissionalização e Misericórdia: Um

desafio para quadros técnicos”, moderada pelo provedor da Santa Casa de Idanha-a-Nova, Joaquim Morão.

Para Nuno Gomes, um dos desafios que se impõe aos quadros técnicos passa pela incorporação dos valores e práticas que caracterizam a cultura organizacional da instituição. “O bom profissional, mais do que receber um salário no desempenho de uma função, é aquele que serve a causa”, começa por definir. Esta entrega e dedicação distingue os técnicos que, no dia a dia, “assimilam a identidade da instituição e contribuem para a sua operacionalização”.

Nuno Gomes assume-se como um “produto das Misericórdias”, universo a que se dedica há mais de 20 anos, e revela-se defensor de uma “escola do profissional da Misericórdia” que

permite “formar os líderes de amanhã”. “O corpo técnico tem de ser desafiado a ser líder. Os bons profissionais de hoje podem ser os provedores e mesários de amanhã”, justifica.

Partindo da sua experiência ligada a três Misericórdias, Zélia Reis desafiou a plateia a encarar o risco como uma oportunidade de enriquecimento pessoal e a quebrar as hierarquias rígidas com criatividade e autonomia. “Temos uma margem de liberdade e autonomia que devemos manobrar para levar a bom porto os nossos ideais e plano traçado. É a partir dessa resposta ativa e criativa, sustentada em conhecimento, que adquirimos identidade profissional”.

O diretor técnico tem uma responsabilidade acrescida neste processo enquanto “mobilizador

de compromissos” entre os intervenientes na ação e as mesas administrativas. Ao dinamizar uma instituição que “acredita que os trabalhadores são peças fundamentais na criação de valor”, o diretor técnico é também responsável por criar uma “organização autêntica, merecedora de confiança, que se torna vital pelo sentido que dá à vida das pessoas”.

Para contrariar uma tendência comum a várias organizações, onde as ações premeditadas e refletidas são muitas vezes suplantadas pelo imediatismo, a Misericórdia de Trofa promove reuniões mensais com a sua equipa, para avaliação das práticas profissionais, e organiza encontros periódicos com diretores técnicos das congéneres vizinhas para partilha de ideias.

A moderar o debate, o provedor de Idanha-a-Nova e vogal do Secretariado Nacional da União das Misericórdias valorizou o trabalho desenvolvido pelos quadros técnicos, em áreas como a gestão, e incentivou as instituições a apostar na “formação e capacitação dos técnicos”. “A sustentabilidade faz-se com ações suportadas em conhecimento”, lembrou Joaquim Morão.  

O quadro técnico imbuído de uma identidade assente no ADN das Misericórdias será um dos garantes para a defesa e a continuidade das instituições

O diretor técnico tem uma responsabilidade enquanto “mobilizador de compromissos” entre os intervenientes na ação e as mesas administrativas

65

“É na saúde que são sentidas as consequências das desigualdades”, referiu Maria de Belém Roseira, destacando que um “desafio nacional” é melhorar o indicador de esperança de vida saudável a partir dos 65 anos.



‘Temos que fazer reformas estruturais’

Na saúde, o setor social é imprescindível e o Estado deverá ter um papel de regulação que assegure segurança, eficiência e qualidade

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Lei de bases da saúde “Não precisamos de mais financiamento para fazer mais do mesmo, mas para aplicar na transformação do sistema em prol das pessoas”. A afirmação foi feita por Maria de Belém Roseira, ex-ministra da Saúde, a propósito do quarto e último painel do 13º congresso nacional das Misericórdias, dedicado à lei de bases da saúde. Moderado por Maria Amélia Ferreira, provedora da Misericórdia de Marco

de Canaveses, o debate contou também com Eurico Castro Alves, presidente da comissão organizadora da Convenção Nacional de Saúde (CNS), e João de Deus, em representação do bastonário da Ordem dos Médicos.

A ideia de transformação do sistema foi um dos eixos a orientar a apresentação de Eurico Castro Alves. “Temos que fazer reformas estruturais no nosso sistema”, referiu o responsável,

destacando que os serviços de proximidade “vão estar na ordem do dia nos próximos tempos”. Num futuro breve, a saúde, continuou o presidente da CNS, tende a ser marcada por um paradigma onde 20% dos serviços serão de caráter diferenciado e os restantes 80% de proximidade. Neste cenário, “o setor social é imprescindível”.

Num momento em que o debate gira em torno da natureza dos prestadores de serviço no SNS, Eurico Castro Alves afirmou que os prestadores “não públicos” têm um papel complementar em áreas como cuidados continuados, geriatria, MCDT e outros. “O Estado deve atuar apenas onde mais ninguém consegue atuar” e nesta relação com os parceiros deve ter um papel de “regulação e avaliação” que assegure “segurança, eficiência e qualidade” aos portugueses que recorrem ao SNS.

João de Deus, que é membro do Conselho Nacional da Ordem dos Médicos, também destacou o papel das entidades do setor social. Segundo o médico, “através das listas de espera e das convenções com o setor social somos, por exemplo, o país europeu que mais opera cataratas. Esta complementaridade é por isso essencial”.

Para o responsável, a lei de bases da saúde que ainda está em vigor tem, neste sentido, “conceitos importantes em termos da organização” quando refere que as instituições sociais, que apoiam a população devem ser subsidiadas.

Esta articulação com os setores da economia social e privado foi um dos aspetos a nortear o trabalho de revisão da lei de bases da saúde. Liderada por Maria de Belém Roseira, a comissão de revisão também orientou o seu trabalho segundo critérios de centralidade da dimensão humana, promoção da saúde e prevenção da doença e integração e continuidade de cuidados ao longo da vida, entre outros.

“Só existe um bom serviço nacional de saúde se estiver centrado nas pessoas” e o ativo mais importante do SNS são os seus profissionais, disse a ex-ministra da Saúde. “Não precisamos de mais financiamento para fazer mais do mesmo, mas para aplicar na transformação do sistema em prol das pessoas”.

“É na saúde que são sentidas as consequências das desigualdades”, referiu, destacando que um “desafio nacional” é melhorar o indicador de esperança de vida saudável a partir dos 65 anos. **UM**

Prestadores “não públicos” têm um papel complementar em áreas como cuidados continuados, geriatria, MCDT e outros

Num futuro breve, a saúde tende a ser marcada por um paradigma onde 20% dos serviços serão de caráter diferenciado e os restantes 80% de proximidade

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO.
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



SOFTWARE
MISERICÓRDIAS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC (ACORDO UMP)
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENCAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
 - TSR - Utentes
 - TSR - Bancos
 - TSR - Associados
 - TSR - Rendas
 - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
RECEITAS SEM PAPEL

entre outras



ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556 - r/c
Apartado 1071 EC Lameiras
4836-908 Guimarães

TELEFONE (351) 253 408 326
TELEMÓVEL (351) 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

tsr@tsr.pt



alimentamos gerações

Conte connosco. Sempre.

Através de parcerias diversas, o ITAU disponibiliza toda a capacidade técnica, ferramentas e a mais-valia dos seus colaboradores para cuidar da alimentação, saúde e bem-estar dos seus utentes, pacientes e visitantes.



www.itau.pt

Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.

CONGRESSO



Mulheres (em cima à esquerda) Maria de Belém Roseira e Maria Amélia Ferreira são duas mulheres cujo denominador comum é a ligação à saúde e às Misericórdias

Divulgação (à esquerda) Patrocinadores e também as Misericórdias aproveitaram o congresso para divulgar produtos e o trabalho que desenvolvem

Lino Maia (em cima) O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) foi condecorado na sessão de encerramento do congresso

Albufeira (em baixo) Sobre o trabalho de equipa no âmbito do congresso, a provedora de Albufeira disse que "foram incedíveis e um exemplo do servir a causa"



CONGRESSO

CONDECORAÇÕES

Lino Maia

Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Fernando Béco

Ex-provedor da Misericórdia de Seia

Francisco Gonçalves Cardoso

Ex-provedor da Misericórdia de Palmela

Humberto Carneiro

Provedor da Misericórdia de Póvoa de Lanhoso

João Azaruja

Provedor da Misericórdia de Redondo

Manuel Carraco dos Reis

Provedor da Misericórdia de Montemor-o-Velho

Rui André

Vice-provedor da Misericórdia de Monchique e presidente da Câmara Municipal de Monchique

Mariano Cabaço

Diretor do Gabinete do Património Cultural e do Centro de Formação Profissional da UMP



SAMUEL MENDONÇA, FD

Encerramento O apelo à cooperação marcou o tom das intervenções da sessão que marcou oficialmente o fim dos trabalhos deste congresso nacional



ANA CARGALHEIRO DE FREITAS, VM

‘Criar condições para que o vosso papel seja exercido’

Na sessão de encerramento, Marcelo Rebelo de Sousa apelou à definição dos quadros que disciplinam a atividade do setor social

TEXTO **BETHANIA PAGIN**

Encerramento “Portugal precisa de vós e isso deve estar presente na cabeça daqueles que, em cada momento, têm que definir os quadros que disciplinam a vossa atividade. Têm de criar condições, ao definir esses quadros normativos, para que o vosso papel seja plenamente exercido em cooperação com outros setores, com o setor público e com o setor privado, mas sabendo que o vosso papel é diferente dos outros papéis.”

As palavras são do Presidente da República e foram proferidas na sessão de encerramento do 13.º congresso nacional das Misericórdias. Para Marcelo Rebelo de Sousa, alguns “direitos fundamentais consagrados na Constituição” são assegurados pelo setor social. “É tão simples quanto isso.”

A par do setor público e do setor privado, continuou o chefe de Estado, houve “uma realidade social, solidária, comunitária, com fundamentos próprios, com raízes específicas, que durante cinco séculos ninguém conseguiu substituir”. Na atualidade, “neste tempo de envelhecimento da sociedade portuguesa e, portanto, de mais exigentes cuidados continuados”, as Misericórdias têm um “papel insubstituível”.

Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, o setor social é aquele que está mais vocacionado para a prestação de cuidados continuados e apoio aos “menos jovens da sociedade portuguesa”. Esta missão, disse, “é cada vez mais urgente e de maior dimensão na sociedade portuguesa porque estamos a envelhecer”.

Por isso, “é bom que haja políticas atentas este drama demográfico” porque “Portugal vai continuar a envelhecer por muitos anos, por muitas décadas e, ainda que haja correções por virtude da imigração, nós teremos uma população mais idosa carenciada desta atenção e deste acolhimento”. Neste sentido, o Presidente da República considera que “não só por isso, mas

também por isso, o setor social é insubstituível”.

“Não é uma questão ideológica, não é uma questão doutrinária, não por se ser de um partido ou de outro partido, não é por se ser de um setor de pensamento ou de outro setor de pensamento. É por realismo”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa.

Por isso, “é bom que haja políticas atentas a este drama demográfico” porque “Portugal vai continuar a envelhecer por muitos anos, por muitas décadas e, ainda que haja correções por virtude da imigração, nós teremos uma população mais idosa carenciada desta atenção e deste acolhimento”. Neste sentido, o chefe de Estado considera que “não só por isso, mas também por isso, o setor social é insubstituível”.

Marcelo Rebelo de Sousa manifestou ainda o seu apreço pela criação da Confederação Portuguesa de Economia Social. Além de permitir dar força acrescida à economia social, “haver uma confederação em que confluem as várias instituições, é bom para a sociedade portuguesa” porque significa que “nos debates a realizar sobre o futuro económico, social, educativo e





SAMUEL MENDONÇA, FD

52 mil

As publicações acerca do XIII Congresso Nacional das Misericórdias feitas na página oficial de facebook da União as Misericórdias Portuguesas (UMP), entre os dias 5 a 14 de fevereiro, alcançaram mais de 52 mil pessoas.

9 mil

Cerca de 9500 pessoas gostaram, partilharam e comentaram as publicações que foram feitas na rede social facebook (página da UMP) no âmbito do Congresso que decorreu entre os dias 7 e 10 de fevereiro em Albufeira.

180

Dedicado ao tema "Missão, Rigor e Compromisso", o 13º Congresso Nacional das Misericórdias foi notícia na imprensa nacional (rádio, televisão, jornais e plataformas web) mais de 180 vezes entre os dias 2 e 10 de fevereiro.

cultural da nossa comunidade, os parceiros do setor social estão em conjunto e com mais força representados".

"Temos uma democracia e queremos continuar a ter uma democracia progressista, avançada e virada para o futuro", asseverou o chefe de Estado explicando que "progressismo é maior capacidade de garantir os direitos das pessoas, é colocar as pessoas primeiro. As pessoas de carne e osso, não as pessoas em abstrato. É fácil amar as pessoas em abstrato, difícil é amar pessoas em concreto".

Pouco antes da intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa, foi o presidente da UMP a destacar que "a aposta no diálogo civil assenta no princípio da diversidade que se manifesta em todo o agir humano: da economia ao direito, da religião às políticas sociais".

Para Manuel de Lemos, "o conceito de desenvolvimento, de civilização, de cultura amadurecida, vai muito para além da prosperidade económica, do desenvolvimento tecnológico, mas radica na nossa capacidade coletiva em proteger os mais desfavorecidos, os mais pobres, os mais doentes e os mais necessitados".

Foi neste âmbito que fez referência a uma lei de bases da saúde que olhe para as Misericórdias e restantes entidades do setor social "como descartáveis, supletivos e dissolvidos no setor privado". Prescindir dos acordos com o setor social, continuou o presidente da UMP, "para além das questões jurídicas constitucionais que envolve, não significa mais dinheiro para o setor público. Significa importar mais trabalho

e trabalho que o setor público não tem tradição em fazer; e maior gasto para o setor público, porque como não tem tradição em fazer, tudo se torna mais oneroso."

No âmbito do envelhecimento, Manuel de Lemos questionou: "Idosos extremamente frágeis, com doenças crónicas; com extremas dificuldades cognitivas e com demências. Ora, se estas pessoas não exigem cuidados de saúde, então o que é e para que serve o Serviço Nacional de Saúde?" (ver discurso na página 32).

A sessão de encerramento contou ainda com uma intervenção de António Brito, vice-presidente da Confederação Internacional das Misericórdias (CIM). Para o responsável, que também é deputado federal no Brasil, o que as Santas Casas almejam é continuar a cumprir o seu papel social, definido nas 14 obras de misericórdia, e servir a população em complementaridade, em cooperação, em parceria com o Estado.

"Obviamente, que com contratos firmados, com a confiança de ambas as partes, bem como com a clareza de que o Estado e as Misericórdias são os dois lados de uma mesma moeda, na luta por conservar esta almofada social. Luta esta que nós ajudamos a manter, a todo o momento, em épocas de crise, em todo o canto do mundo."

As três intervenções tiveram lugar após a leitura das conclusões pelo provedor da Santa Casa de Setúbal, Fernando Cardoso Ferreira. Reunidas em congresso, as Misericórdias afirmaram, entre outros, que "assume particular relevância, a necessidade de assegurar a estabi-

lidade no tempo, dos compromissos, protocolos e acordos celebrados, em nome da qualidade da prestação, dos empregos e dos investimentos associados". Neste sentido, alertaram o governo para a necessidade de "evitar a todo o custo a judicialização da cooperação, nomeadamente reconduzindo as visitas de acompanhamento à sua função de auditoria e diálogo".

Em matéria de envelhecimento, o congresso alertou para o facto de que "o idoso tem de ser o centro das políticas da saúde e da segurança social, pelo que o Congresso reclama no quadro da cooperação uma muito maior articulação entre as políticas e as ações dos dois setores da administração pública" (ver conclusões na página 40).

A sessão de encerramento contou ainda com a participação do bispo do Algarve, D. Manuel Quintas, do presidente da Câmara Municipal de Albufeira, João Martins Rolo, da provedora de Albufeira, Patrícia Seromenho, e do presidente da Mesa da Assembleia-geral da UMP, Silva Peneda. Momentos antes e logo após o painel dedicado à lei de bases da saúde, o provedor da Misericórdia de Vila do Bispo, Armindo Vicente, assumiu a condução do debate para avaliação dos trabalhos. Naquele dia foram ainda condecorados oito homens ligados às Misericórdias (ver caixa ao lado). Entre eles, Lino Maia, presidente da CNIS, que, segundo Manuel de Lemos, foi decisivo para ultrapassar problemas que, há uns anos, marcavam a relação das Santas Casas com a hierarquia da igreja. ♡

CONGRESSO



Roteiro para conhecer o melhor do Algarve

Algarve Turicórdia organizou um roteiro desde o sotavento ao barlavento algarvio que deu a conhecer o património cultural, natural e gastronómico da região

O programa social do 13.º Congresso Nacional das Misericórdias mostrou que o Algarve é muito mais do que sol, praia e mar

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Turismo O programa social do 13.º Congresso Nacional das Misericórdias mostrou que o Algarve é muito mais do que sol, praia e mar. Com a colaboração do Secretariado Regional (SR) de Faro e municípios de Albufeira, Faro, Tavira, Vila do Bispo, Lagos, Portimão e Monchique, a linha de turismo social da UMP definiu um roteiro desde o sotavento ao barlavento algarvio, que deu a conhecer o património cultural, natural e gastronómico da região. Um grupo com cerca de 100 pessoas participou nas atividades culturais e lúdicas programadas, a 8 e 9 de fevereiro. No dia 10, juntaram-se 250 congressistas a este grupo para um almoço de despedida em Monchique.

Para a responsável da Turicórdia, o balanço foi “muito positivo” pela satisfação dos participantes e diversidade de locais visitados, destacando-se a colaboração de parceiros locais, determinante para o sucesso da iniciativa. Além dos municípios e do SR de Faro, Natália Gaspar destacou e agradeceu o envolvimento da Região de Turismo do Algarve, que em cada cidade, fez um “acompanhamento personalizado” dos visitantes, disponibilizando guias e informação turística complementar para o efeito. “O Algarve é muito unido”, constatou.

Desbravar a região, de Vila do Bispo a Tavira, para conhecer o património fora das principais rotas turísticas, foi o mote lançado ao grupo de visitantes provenientes de vários pontos do país. “As pessoas puderam apreciar o que de melhor se tem e faz no Algarve, o mais autêntico e genuíno, além do turismo de sol e praia. Puderam apreciar a riqueza cultural, património e gastronomia da região”, resumiu.

Para lá das falésias e areais a perder de vista, os acompanhantes dos congressistas tiveram

oportunidade de conhecer, paisagens diversas (costa rochosa, serra e zonas húmidas), edifícios históricos e tradições ligadas à produção de conservas e sal.

O primeiro dia foi dedicado ao sotavento algarvio, com paragem no centro histórico e Sé de Faro e antigo núcleo urbano de Tavira, onde foi possível visitar a Igreja de Santa Maria, no topo da colina. O passeio continuou pelo Parque Natural da Ria Formosa, onde os visitaram

conheceram a salina da empresa Rui Simeão Tavira Sal, de onde saem anualmente 800 a 1200 toneladas de sal. Das salinas rumaram à vila de São Brás de Alportel, onde a Misericórdia os recebeu com um concerto de piano no museu do Traje, terminando o dia em Loulé.

O segundo dia foi dedicado ao barlavento algarvio, iniciando no concelho de Vila do Bispo, com visita à igreja matriz, fortaleza e farol de Sagres, no Cabo de São Vicente. Depois de um almoço no Forte do Beliche, oferecido pelo município, os visitantes rumaram a Lagos (Igreja de Santa Maria e Mercado de Escravos) e Portimão (monumentos megalíticos e Museu de Conservas).

Na despedida, os congressistas e acompanhantes, num total de 350 pessoas, visitaram a serra e vila de Monchique e degustaram algumas das iguarias (enchidos e doçaria) da região, num almoço oferecido pelo município de Monchique, acompanhado de um momento musical. ♡

Além dos municípios e do SR de Faro, também a Região de Turismo do Algarve foi determinante para o sucesso do programa social

Cinco séculos de História na nossa loja online

Em compras superiores a 15 euros
receba um destes livros



- **Pintura – Século XVI ao Século XX**
Coleção de Pintura da Misericórdia de Lisboa
Tomo I - 1520-1700 ou **Tomo II** - 1700-1998
- **Ourivesaria e iluminura – Século XIV ao Século XX**

CAMPANHA VÁLIDA ENTRE
9 E 20 DE MARÇO DE 2019

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

Visite-nos na
lojadacultura.scml.pt

CONGRESSO - DISCURSO DE ENCERRAMENTO



MANUEL DE LEMOS
Presidente da UMP

Diálogo civil assenta no princípio da diversidade

Neste breve discurso de encerramento do XIII Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas, quero começar por me dirigir a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, para lhe dizer da enorme honra que representa para as Misericórdias Portuguesas ter mais uma vez o Presidente de todos os portugueses a presidir a esta sessão de encerramento do seu Congresso Nacional.

Na verdade, para além do especial prazer que representa para todos nós a personalidade do Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, a quem nos ligam tantos laços de estima, ancorada em valores comuns, a verdade é que a presença do Presidente da República presta um testemunho singular ao movimento das Misericórdias, à sua história, à sua identidade e à sua autonomia.

As Casas de Misericórdia, como bem sabe, são seguramente as mais antigas e duradouras organizações da sociedade civil em Portugal.

E desde o seu primeiro momento se assumiram e assim permaneceram, ao longo dos séculos, como garantes da defesa das pessoas que, na sua imensa sabedoria, rapidamente as crismaram, por isso mesmo, de Santas Casas.

A Vossa Excelência, que conhece bem o peso da nossa tradição e da nossa História, mas também a forma como abordamos a nossa responsabilidade e o nosso sentido da modernidade que sempre nos têm acompanhado através dos séculos, gostaria de lhe reafirmar a nossa indomável vontade de continuar a servir os portugueses.

Senhor Presidente da República. Senhores Congressistas.

Neste tempo que mediou desde o Congresso do Fundão, as Misericórdias disseram sempre presente ao quotidiano da sua missão e à cooperação com o Estado.

Ao longo de mais estes três anos, continuámos a cuidar dos idosos, dos cidadãos portadores de deficiência, apoiámos os cuidadores informais, as crianças e os jovens e cuidámos dos doentes. Com dificuldades crescentes em sede de financiamento, com um escrutínio exageradíssimo por parte das autoridades públicas, mas sempre com a certeza que estamos do lado da solução e com a satisfação diária do dever cumprido, embora muitas vezes com a inquietação sobre os que não conseguimos alcançar.

Se me permite destacar dois aspetos, diria que a nossa presença a ajudar as pessoas nos incêndios, quer de Pedrógão, quer no de outubro de 2017, quer no de Monchique, aqui ao lado, em 2018, mostrou que éramos capazes de intervir com rapidez, eficiência, eficácia, com carinho e afetos.

Para os que julgavam que não iríamos sair da nossa zona de conforto, ou seja, das nossas

respostas tradicionais, demos um exemplo de serviço e ajuda a quem precisava.

Claro que vimos com preocupação crescente o espetáculo comunicacional e as fake news à volta da solidariedade; dos incêndios à Rarissimas, das Misericórdias dos Açores à Misericórdia da Póvoa de Varzim; mas, como sempre, adaptamo-nos ao tempo que passa, reagimos com serenidade e determinação, deixamos assentar a poeira e apostamos na qualidade do serviço, na inovação e na nossa responsabilidade pública.

Outro aspeto que gostaria de salientar, tem a ver com a evolução demográfica e, sobretudo, com a evolução do envelhecimento, quer em termos percentuais, quer sobretudo em termos de evolução do perfil dos idosos.

Estou seguro de que Vossa Excelência já ouviu dizer dezenas de vezes, que o aumento de esperança de vida, se é muito bom para muitos, também traz consigo maiores fragilidades, mais doenças crónicas, novas patologias, como as demências, mais urgências, mais medicamentos. E é por isso, também, que hoje um dos nossos maiores problemas e angústias se prende com a sustentabilidade, que é muito mais do que a sobrevivência, porque a sustentabilidade quer dizer qualidade, discriminação positiva, salários adequados, recursos para investimentos e inovação.

Ora, esta moldura humana que está aqui sabe melhor do que ninguém que é assim, porque são eles os que cuidam dessas pessoas.

Esta moldura humana que está aqui também sabe bem que não é possível mais reduzir as políticas de saúde aos hospitais, por mais interessantes e úteis que eles sejam.

Que população temos hoje nos lares?

Eu respondo, Senhor Presidente: Idosos extremamente frágeis, todos com uma média superior a 4 doenças crónicas por utente, a maioria absoluta com extremas dificuldades cognitivas e com demências. Repito, todos doentes! Ora, se estas pessoas não exigem cuidados de saúde, então o que é e para que serve o Serviço Nacional de Saúde?

E, por isso, é que estas senhoras e senhores têm dificuldade em aceitar uma Lei de Bases da Saúde que olhe para eles como descartáveis, supletivos e dissolvidos no setor privado. Prescindir dos acordos com o setor social, para além das questões jurídicas constitucionais que envolve, não significa mais dinheiro para o setor público. Significa importar mais trabalho e trabalho que o setor público não tem tradição em fazer; e maior gasto para o setor público, porque como não tem tradição em fazer, tudo se torna mais oneroso.

Por isso, Senhor Presidente da República, acolhemos com entusiasmo e esperança a sua recomendação de uma Lei de Bases moderna,

não datada no tempo, e que prefira as pessoas às ideologias. Porque, como escreveu Nial Ferguson, e qualquer Ministro das Finanças sabe “estamos numa sociedade onde a realidade é sempre superior à ideologia”.

A aposta no diálogo civil assenta no princípio da diversidade que se manifesta em todo o agir humano: da economia ao direito; da religião às políticas sociais.

E, como é público, sempre sustentei que o nosso conceito de desenvolvimento, de civilização, de cultura amadurecida, vai muito para além da prosperidade económica, do desenvolvimento tecnológico, mas radica na nossa capacidade coletiva em proteger os mais desfavorecidos, os mais pobres, os mais doentes e os mais necessitados.

Foi, aliás, com estes pressupostos que integramos a Confederação Portuguesa da Economia Social e é por causa destes pressupostos que consideramos fundamental que a Confederação integre o grupo dos parceiros sociais.

Senhor Presidente da República, ainda o Congresso não acabou e já temos saudades e boas recordações para mais tarde lembrar.

Trabalhou-se muito, trabalhou-se bem; trocámos ideias, desenvolvemos sinergias; aprendemos muito, muitíssimo mesmo, com os que aqui vieram partilhar connosco o seu saber. Obtivemos o resultado que pretendíamos, refletindo em conjunto.

Ontem, uma das nossas convidadas, uma professora universitária, da Universidade do Algarve, projetou um slide com a imagem da Mafaldinha, do Quino, com a seguinte nota: “Pensar é grátis! Não pensar pode ficar caríssimo”.

Confesso que não mais deixei de pensar naquela frase que bem podia ser o leitmotiv deste congresso, porque o que fizemos aqui foi pensar o futuro, desde a nossa sustentabilidade, até à inovação, desde o interior rural, ao litoral urbano da grande cidade.

Com este pano de fundo, todos compreenderão, pois, que os meus agradecimentos se dirijam, em primeiro lugar, para os senhores congressistas que, de todo o país, se deslocaram até Albufeira para participarem no seu/nosso congresso.

Eles são heróis anónimos do quotidiano, como o Congresso bem demonstrou. E já agora, quero agradecer-lhes todo o carinho, eu ia a dizer ternura, com que me tratam, e que diz bem da vossa bondade e da vossa tolerância.

Não me tenho cansado de salientar, e quero fazê-lo mais uma vez, o meu agradecimento às personalidades que tiveram a gentileza de participar nos nossos painéis e que nos ajudaram a refletir sobre questões candentes do nosso quotidiano.

São todas personalidades com provas dadas; da universidade à vida empresarial, da função

pública e da política à solidariedade, o que, desde logo, conferiu enorme credibilidade e robustez às sessões.

E já agora prestar homenagem aos que, ao longo de vários meses, prepararam este Congresso, para que tudo corresse como correu; isto é, com eficiência e eficácia. E, sobretudo, com alegria e total disponibilidade para o mais geral e também para os mais ínfimos pormenores.

Em primeiro lugar, à Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, Dr^a Patrícia Seromenho e à sua equipa, ao Secretariado Regional do Algarve, que foi inextinguível de competência, dedicação, esmero e cuidado para que tudo corresse pelo melhor. E neste abraço a Albufeira e a todo o Algarve, permitam-me que o estenda ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Carlos Rolo, e aos serviços da Câmara Municipal, e também de todas as Câmaras e Municípios que visitámos e que nos apoiaram; permitam-me recordar aqui, o Senhor Dr. Carlos Silva e Sousa, que foi o primeiro entusiasta para que o Congresso se realizasse aqui, em Albufeira.

Também a todos os sponsors que tornaram possível o financiamento do Congresso, o nosso vivo agradecimento.

Finalmente, aos meus colegas e a toda a equipa da UMP, que fez mesmo este Congresso acontecer. A Sílvia Almeida, mas também a Dra. Natália Gaspar e Linda Marques, que merecem bem uma enorme salva de palmas, extensiva ao Gabinete de Comunicação e Imagem, bem como aos serviços da Contabilidade e aos Provedores Aurelino Ramalho e Hélder Silva.

Uma palavra final de enorme solidariedade para a delegação brasileira aqui presente, chefiada pelo Deputado Federal, Dr. António Brito, e vice-presidente da Confederação Internacional das Misericórdias.

A este propósito, permitam-me salientar quanto o António Brito gosta de Portugal e quanto nós gostamos dele. É que, o Deputado António Brito, que já era o Presidente da plataforma de apoio às Santas Casas do Congresso brasileiro, foi esta semana eleito Presidente da Comissão desse mesmo congresso para o incremento das relações Brasil/Portugal e, por isso, dispense-me de salientar o quanto nos honra a sua presença aqui.

Mesmo a terminar, Senhor Presidente, ouvimos na comunicação social que Vossa Excelência teria dito no Panamá que sentiu uma irreprimível vontade de se recandidatar. Permita-me que lhe diga, com toda a amizade e estima, que a esmagadora maioria dos que aqui estão sentiram uma irreprimível vontade de o apoiar.

Viva o movimento das Misericórdias! Viva as Misericórdias Portuguesas! Viva Portugal! 🇵🇹



Protocolo Carclasse - União das Misericórdias

Gama de comerciais ligeiros Mercedes-Benz.
Consulte já as condições.

Em 2019, celebramos 10 anos de protocolo com a União das Misericórdias.
E durante esse período, mantivemos o objectivo de servir da melhor forma as Santas Casas, disponibilizando sempre soluções para a aquisição e manutenção das suas viaturas comerciais ligeiras.

Queremos continuar a contar consigo!

Consulte a Carclasse mais próxima de si.

Peça já a sua proposta
808 200 071

Mercedes-Benz
Vans. Born to Run.



Carclasse

Braga - Barcelos - Famalicão - Viana do Castelo - Guimarães - Lisboa
www.carclasse.pt - info@carclasse.pt

MoliCare Premium Slip

HARTMANN



INCONTINÊNCIA

MELHOR
DO TESTE

DECO
PROTESTE

Publicado em 10.2017
deco.proteste.pt/seios

Licença n.º BV.2017/10.MT.0022

As faldas MoliCare Premium Slip foram testadas pelo DECO PROTESTE como o "peço Melhor do Teste"

A gama MoliCare Premium Slip
com seis níveis de absorção:



Serviços adicionais à sua disposição:

- Estudos económicos para otimizar custos e trabalho na Incontinência.
- Controlo de custos de Incontinência online, com "HILMAS".
- Formação em Incontinência e Feridas Crónicas para profissionais de saúde.

www.hartmann.pt

Publicidade a Dispositivos Médicos. Leia cuidadosamente a rotulagem e as instruções de utilização.



Serviço ao cliente
Tel. 219 409 920

CONGRESSO

700

Mais de 700 pessoas, entre oradores, congressistas, acompanhantes, patrocinadores e convidados, marcaram presença no 13.º Congresso Nacional das Misericórdias que, pela primeira vez, aconteceu em terras algarvias.

200

Mais de 200 técnicos das Misericórdias aceitaram o repto do presidente da UMP e marcaram presença no congresso. Com nova organização, esta edição do encontro foi, segundo Manuel de Lemos, pensada “especialmente para envolver os técnicos”.

Troca de experiências e partilha de ideias

Em resposta ao repto lançado pelo presidente da UMP, mais de 200 quadros técnicos marcaram presença no congresso nacional

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Profissionais Mais de 200 quadros técnicos de vários pontos do país marcaram presença no 13.º congresso nacional, em Albufeira, em resposta ao repto lançado pelo presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP). Pela primeira vez, os profissionais associaram-se aos órgãos sociais no debate sobre envelhecimento, sustentabilidade e temas relacionados com a intervenção diária, valorizando a troca de experiências e partilha de ideias, num registo informal e descontraído.

A transversalidade dos temas abordados motivou a participação de profissionais de várias áreas de intervenção (animação, serviço social, direito, contabilidade, nutrição, enfermagem, fisioterapia, gerontologia, terapia ocupacional, psicologia, entre outras) e níveis hierárquicos nas sessões temáticas e momentos de convívio proporcionados durante e após os trabalhos.

“É uma mais valia para as Misericórdias, em particular estes momentos de convívio nos intervalos, em que podemos trocar experiências com Misericórdias de outros concelhos”, destacou Sandra Santos, responsável pela área de comunicação em Vale de Cambra.

De forma geral, os participantes elogiaram a organização do evento, pertinência dos temas e oradores convidados, identificando-se com os desafios e preocupações manifestadas. “Em vários momentos, foram tocadas questões que dizem respeito a todos nós e colocou-se o dedo na ferida. É nestes espaços que devemos conversar e trocar ideias porque para apontar o dedo que seja frente a frente”, resumiu o diretor técnico da unidade de cuidados continuados de Boticas, Hélio Martins, que percorreu mais de 600 quilómetros com um grupo de dez pessoas.

Presente pela sexta vez num congresso nacional, a colega Sandrina Pires, responsável financeira da instituição, destacou em particular a participação dos quadros técnicos numa sessão sobre “Profissionalização e Misericórdia”. “Foi a primeira vez que isso aconteceu. Identificámo-

-nos e chamou-nos mais a atenção por isso”, confessou satisfeita.

A sessão dedicada à tecnologia e serviço de apoio domiciliário (SAD) suscitou igualmente o interesse dos técnicos que viram nesses dispositivos um recurso “interessante” para melhorar o apoio prestado aos idosos. “Gostei particularmente da sessão sobre SAD e novas tecnologias, era um projeto pertinente se conseguíssemos concretizar”, confessou Sandra Pereira, diretora técnica de SAD de Macedo de Cavaleiros.

Cátia Pedrosa e Liandra Piedade, fisioterapeuta e animadora de Boliqueime, regressam a casa mais motivadas depois de três dias de aprendizagem e confronto de ideias. “Estamos a aprender algumas coisas e isso faz-nos crescer”, diz-nos a primeira. “Percebemos que a realidade das outras Misericórdias é parecida à nossa, as dificuldades e os problemas são comuns. Temos de arranjar estratégias para melhorar porque estamos numa zona isolada, do interior, com muita população idosa e poucos jovens para trabalhar”, conclui a segunda. 🗣️

A transversalidade dos temas abordados motivou a participação de profissionais de várias áreas de intervenção e níveis hierárquicos

Pela primeira vez, os profissionais associaram-se aos órgãos sociais no debate sobre temas relacionados com a intervenção diária



Algarve Mobilização das Misericórdias ficou patente na elaboração de 240 cestas

Oferta com o melhor do Algarve

Prenda As Misericórdias do Algarve uniram-se, através do Secretariado Regional (SR) de Faro, para organizar pela primeira vez um congresso nacional na região. Os preparativos começaram meses antes com a elaboração de cabazes de produtos locais, em estreita articulação com a comissão organizadora da União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Na cesta elaborada pelos utentes do ateliê de “cestaria e empreita” da Misericórdia de Albufeira, seguiu ainda um livro editado pelo município e uma peça de artesanato de um escultor de Lagoa, Joaquim Pargana, inspirada no mar. Uma prenda simbólica que dá nota do “melhor que se faz na região”, resumiu a presidente do SR de Faro, Patrícia Seromenho. “Quisemos oferecer a cada Misericórdia, orador e convidado, um cabaz que transmitisse as referências do Algarve e do trabalho que as Misericórdias desenvolvem com os utentes”.

A mobilização das Misericórdias do Algarve ficou desta forma patente na elaboração de 240 cestas, com produtos oferecidos pelas congéneres da região: amêndoa torrada (Alcantarilha), amendoim (Aljezur), biscoitos de amêndoa (Alvor), sardinha em lata (Estômbur), casquinhas de quintão (Armação de Pêra), doce de abóbora (Boliqume), vinho licoroso (Lagoa), folar (Faro), queijo de figo (Lagos), estrela de figo (Loulé), geleia de romã (Moncarapacho), medronho (Monchique), paté de sardinha (Olhão), doce (Portimão), azeite (São Brás de Alportel), laranja (Silves), azulejo (Tavira), flor de sal (Vila Real de Santo António), mel e doces (Vila do Bispo). 🗣️

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Nota de edição

O jornal Voz das Misericórdias agradece os fotógrafos Alberto Cortez, Rui Gregório e Samuel Mendonça pela cedência das imagens.

Concerto (à direita) O músico Miguel Gameiro foi responsável por um espetáculo que animou a primeira noite deste 13º congresso nacional. Com patrocínio da NOS

Imprensa (em baixo) Em declarações aos jornalistas, Marcelo Rebelo de Sousa apelou à importância de uma lei de bases da saúde que considere todos os parceiros



ANA CARGALEIRO DE FREITAS, VM



SAMUEL MENDONÇA, FD



SAMUEL MENDONÇA, FD



ANA CARGALEIRO DE FREITAS, VM



Gerações (em cima à esquerda) O provedor mais antigo, Alfredo Castanheira Pinto, de Macedo de Cavaleiros, ao lado do jovem Nuno Reis, provedor de Barcelos

Aniversário (em cima) Para Paula Faria, colaboradora da Misericórdia de Albufeira que celebrava 55 anos, uma das prendas foi a foto de grupo com o Presidente da República

Tradição (em cima) O Rancho Folclórico dos Olhos d'Água animou os congressistas com uma atuação que teve lugar no hall principal do Nau Salgados Palace

Monchique (à esquerda) No dia de 10 de fevereiro, os congressistas visitaram Monchique, onde teve lugar o almoço oferecido pela autarquia

Congressos nacionais das Misericórdias



EDUARDO LEITE
Provedor da Misericórdia
de Guimarães

Alento para enfrentar o dia-a-dia

Acabamos de participar no 13º congresso nacional, acontecimento de importância fundamental para quem no dia-a-dia tenta fazer com que milhares de seres humanos possam ter o brilho nos olhos e o raio de luz que todos os nossos semelhantes merecem.

O tema não poderia ser mais apropriado. Rigor porque devemos primar sempre pela honestidade, seriedade e sensibilidade para com o outro. Compromisso que move qualquer irmão. Missão pois o nosso foco é trabalhar para os outros, pelos outros e a favor dos outros sem esperarmos recolher disso nenhum proveito em benefício próprio.

Liderados pelo Dr. Manuel de Lemos, assistimos a um evento de qualidade ímpar, tanto na sua forma como no seu conteúdo programático, abrilhantado por palestrantes de grande importância e notoriedade a nível nacional. É ainda de salientar o enorme cuidado da organização em convidar personalidades de variadíssimas áreas de pensamento e influência a nível nacional, desde a política à ciência, da cultura à igreja, da saúde à sociedade civil.

Tenho também que cumprimentar a provedora de Albufeira, Dra. Patrícia Seromenho, pela excecional organização, pelo fantástico local escolhido e pelo magnífico programa social, os quais proporcionaram a todos os participantes momentos de fraterno e cordial convívio que proporcionaram conversas, trocas de ideias e experiências, aprendizagem e um alicerçar de relações humanas que, a par dos temas

do congresso, são as principais mais valias que cada um de nós traz para incrementar, engrandecer e aplicar nas suas Misericórdias.

Por fim, gostaria de registar as palavras do Presidente da República quando enalteceu a ação social das Misericórdias, facto esse que nos encheu de alento e de vontade para enfrentarmos as dificuldades com que nos deparamos no dia-a-dia. **VM**

Congresso foi fundamental para quem no dia-a-dia tenta fazer com que milhares de seres humanos possam ter o brilho nos olhos



MIGUEL CANUDO
Provedor da Misericórdia
de Alhos Vedros

A união é garantia de futuro

A realização do XIII Congresso da UMP criou grandes expectativas nas Misericórdias que foram concretizadas. Foi um encontro com problemas comuns e soluções deferentes. No momento em que se discute uma nova Lei de Bases para a Saúde, a “ideologia” esteve bem presente e o congresso soube dar contributos positivos através de ótimas intervenções e reivindicou a sua história na área da saúde, lembrando ao Estado que quer continuar como parceiro ativo.

Na área social, o novo paradigma que se coloca às Misericórdias é o apoio domiciliário. Esta matéria foi ouvida com grande atenção por parte dos técnicos, pois as novas soluções e a confiança nestas serão os agentes da mudança a cargo das Misericórdias.

A sustentabilidade foi outro dos temas que mereceu boas intervenções dos congressistas e lembrou que é necessário atualizar todos os acordos com a nova realidade, quer na área social, quer na área da saúde.

Em conclusão, foi um congresso bem organizado e contou com painéis de muito interesse. Rigor, compromisso e missão estiveram bem presentes. Parabéns à organização. A união de todas as Misericórdias é garantia de futuro. **VM**



JOAQUIM GUARDADO
Provedor da Misericórdia
de Pombal

Reafirmar o papel das Santas Casas

A União das Misericórdias Portuguesas, através do seu Secretariado Nacional, tem contribuído para a viragem que se prosseguiu e se acentuou na compreensão pelo País da importância das Misericórdias.

O Congresso Nacional das Misericórdias em Albufeira veio reafirmar perante o País que o papel das Santas Casas é hoje insubstituível.

Considero que o Congresso de Albufeira foi o melhor Congresso das Misericórdias que assisti até hoje. Não só pela organização, logística que teve, pelos temas, mas pela qualidade dos oradores muitos deles de elevada craveira intelectual e com provas dadas no nosso País. Parabéns ao Secretariado Nacional na pessoa do Dr. Manuel Lemos e ao Secretariado Regional do Algarve na pessoa da Dra. Patrícia Seromenho.

Um dos aspetos mais revelantes do Congresso e de grande importância para o futuro é que as Misericórdias conseguiram ser reconhecidas pelo atual Governo, com uma natureza distinta do sector público e do sector privado e que não são concorrência com o Estado.

Ficou bastante claro que as Misericórdias são instituições de economia social com um papel preponderante na ação social e na saúde.

Considero que este Congresso nos motivou a todos nós a saber resistir aos novos desafios que iremos ter no futuro e a não desiludir quem quer que necessite de ajuda. **VM**

⁹
2009

Funchal, 11 a 13 de junho

¹¹
2014

Évora, 29 a 31 de maio

¹³
2019

Albufeira, 7 a 10 de fevereiro

⁸
2007

Braga, 31 de maio a 2 de junho

¹⁰
2011

Coimbra e Arganil, 16 a 18 de junho

¹²
2016

Fundão, 2 a 4 de junho



ANTÓNIO TAVARES
Provedor da Misericórdia do Porto



NELSON CORREIA
Provedor da Misericórdia de Ribeira Grande



JOSÉ RICARDO CANDEIAS NETO
Provedor da Misericórdia de Faro

Congresso decisivo e de viragem

O XIII Congresso das Misericórdias portuguesas, reunido em Albufeira, entre os dias 7 a 10 de fevereiro, representou um ponto de viragem no posicionamento destas seculares instituições em Portugal.

Com efeito, a qualidade do programa e a presença dos oradores especializados, acompanhados pelos mais altos representantes do Estado, emprestou ao evento um carácter fundamental e decisivo para o futuro das nossas Misericórdias.

Num momento em que a discussão da Lei de Bases da Saúde abre uma polémica, sobre o papel do sector social, o Congresso veio reafirmar, com tranquilidade e serenidade, a resiliência das Santas Casas.

Momento alto resultante do esforço de capacitação que o Secretariado Nacional empreendeu, junto de muitas instituições, no sentido de elevar a atitude e afirmar o seu posicionamento por esse país fora.

É, pois, justo reconhecer e salientar o trabalho do Dr. Manuel de Lemos e de toda a sua equipa.

Foi um Congresso de proximidade aos problemas e com soluções.

Rigor, compromisso e missão consubstanciam-se numa fórmula assente nas catorze obras de misericórdia.

Assim tem sido ao longo dos últimos cinco séculos.

Tenhamos, pois, coragem de não desiludir quem confia em nós.

Definir o futuro das Santas Casas

As Misericórdias reuniram em congresso no Algarve, tendo o encontro sido dominado pelo reforço da importância da cooperação do Estado com as instituições do setor social. As Santas Casas são agentes incontornáveis das políticas sociais em todo o nosso país, incluindo a nossa Região Autónoma, e estiveram e estarão sempre do lado dos mais carentes, independentemente da sua crença, ideologia, estatuto social ou raça.

Toda a gente sabe que estas instituições são agentes de desenvolvimento e promotoras da inclusão e da coesão social, pelo que o congresso teve em boa hora oportunidade de se debruçar sobre aquela temática que foi o seu lema: rigor, compromisso e missão.

Rigor na gestão porque os recursos são escassos e não é solução deitar dinheiro em cima dos problemas; compromisso para com as pessoas que apoiam em cooperação com o Estado na definição e execução das políticas públicas sociais e na utilização dos recursos públicos; missão porque tudo o que fazem se baseia nos valores de responsabilidade para com os mais frágeis das nossas comunidades.

Devo enfatizar o facto do presidente da UMP, Manuel de Lemos, ter sublinhado que as Misericórdias se debatem atualmente com problemas que afetam a qualidade da sua atividade. O envelhecimento acarreta necessidade de mais recursos humanos tecnicamente mais qualificados, instalações mais adaptadas, mais e mais caros medicamentos, etc., o que agrava os custos para as instituições, tendo em vista uma

resposta digna para uma prestação cuidados de saúde.

As Misericórdias prestam um serviço social ao Estado pelo que é urgente iniciar um processo de recuperação da participação para valores aceitáveis, tanto a nível da República, como a nível da Região Autónoma, sob pena de se entrar numa espiral de défices incontáveis e baixas sucessivas da qualidade na prestação destes serviços. Será isto o que queremos para as Misericórdias?

Congresso teve em boa hora oportunidade de se debruçar sobre aquela temática que foi o seu lema: rigor, compromisso e missão

Congresso assente em cidadania

Extraordinário! Primou pela organização, pelos preletores, pelos temas abordados cujas intervenções dos mais diversos quadrantes nos propuseram ideias e apontaram caminhos e modelos à inovação e sustentabilidade.

Entrei desiludido com o presente, em matéria respeitante à Instituição e sai com o coração repleto de alegria, esperança, confiança e de vigor para ultrapassar os obstáculos do quotidiano.

Uma saudação especial ao Dr. Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas, que elencou os objetivos gerais e assumiu a grande responsabilidade organizativa do congresso e também ao Secretariado Regional do Algarve do qual destaco a Dra. Patrícia Seromenho, que deu o melhor de si para que este evento conseguisse ter a qualidade que teve assente em valores humanos de cidadania, democraticidade, igualdade, solidariedade e participativo, rodeando-se de uma equipa proactiva de colaboradores e voluntários regionais.

O papel das Santas Casas na atual situação do País é insubstituível

As Misericórdias reafirmaram, entre outros, a necessidade de assegurar a estabilidade no tempo dos compromissos celebrados

Conclusões As cerca de 400 Misericórdias Portuguesas, algumas com mais de 500 anos de existência, continuam hoje a ser úteis às comunidades que servem, em todas as vertentes das denominadas políticas sociais.

As Misericórdias Portuguesas têm uma longa experiência acumulada a favor dos mais necessitados, vivida em diferentes regimes políticos, caldeada no contacto com sentimentos de desânimo e de perda de esperança e com realidades como o desemprego, a miséria extrema e a fome.

Ao longo de séculos muita coisa mudou, mas o espírito das Santas Casas permanece e o património acumulado pela experiência vivida no contacto direto com os dramas da realidade social é garantia de que estas instituições estão preparadas para enfrentar os desafios que, a época de grandes mudanças, hoje se vivem e se sucedem a grande ritmo.

Conscientes da importância da economia social as Misericórdias participaram ativamente na criação da Confederação Portuguesa da Economia Social com o objetivo da modernização, dinamização e reforço da capacidade de resposta da sociedade civil à desigualdade, à pobreza e ao desemprego. E não tardará que o reconhecimento da relevância da CPES no setor social lhe confira o papel de parceiro social por direito próprio.

As Misericórdias Portuguesas são hoje um importante fator de coesão regional e social, porque têm criado emprego digno e estável e, no interior do País, não só têm contribuído para a fixação de população, mas também têm sido centro gerador de animação económica, social e cultural.

A atividade diária das Santas Casas desenvolve-se na prestação de serviços de ação e proteção social, a crianças, adultos, idosos e deficientes, num total de cerca de 150.000 utentes/dia e que empregam, em empregos diretos e indiretos, mais 100.000 trabalhadores,

aos quais acrescem as largas dezenas de milhar de cidadãos que quotidianamente recorrem aos nossos hospitais e equipamentos de saúde.

Ora, na área da saúde as Santas Casas são detentoras de uma significativa capacidade instalada, intervindo, a nível de cuidados primários de saúde, nos agudos, com 19 hospitais e na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, com 117 unidades a que correspondem 186 tipologias.

E têm-no feito nos precisos termos e alcance da Constituição, que não reduz o Serviço Nacional de Saúde ao serviço exclusivamente público da saúde. As Santas Casas não são concorrenciais do setor público, muito menos do Estado e não se movem por qualquer opção de natureza ideológica, que não seja a opção preferencial pelos mais necessitados. Por isso também não podem aceitar serem descartáveis.

O Congresso Nacional das Santas Casas realizado em Albufeira analisou, em profundidade, algumas das maiores preocupações que decorrem da perspectiva de evolução de sinais que alertam para tempos de novos e complexos desafios.

A evolução demográfica, a sustentabilidade financeira, as relações com o Estado, a fiscalidade da economia social e o desenvolvimento do território foram alguns dos temas que foram objeto de análise e discussão no Congresso, cujas conclusões são as seguintes:

1 As Misericórdias Portuguesas reafirmam mais uma vez a sua forte determinação de permanecerem unidas à volta da sua União, que consideram peça fundamental e estruturante para a defesa dos seus valores e cumprimento da sua missão;

2 O Congresso registou de forma positiva a reafirmação do governo, através da palavra do Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social dirigida ao Congresso, de que as Misericórdias têm uma natureza distinta do setor público e do setor privado e não são concorrenciais com o Estado;

3 O Congresso reconhece que o Pacto de Cooperação para a Solidariedade primeiro e depois a Lei de Bases da Economia Social votada por unanimidade na Assembleia da República têm sido instrumentos adequados para o favorecimento de um diálogo estruturado e para a melhor definição e execução das políticas sociais do País, mas considera que a perspectiva da evolução da sociedade portuguesa recomenda o cumprimento estrito desses documentos legais, nomeadamente nos aspetos relacionados com a sustentabilidade financeira e da degradação, que se vem registando, das participações financeiras do Estado para as diferentes respostas sociais;

4 As políticas sociais exigem, cada vez mais, a proximidade aos problemas. As Santas Casas, porque estão espalhadas por todo o território afirmam a

disponibilidade para assumirem, nesta época de modernidade tecnológica e de economia digital, o papel de verdadeiros agentes de inovação social;

5 Neste quadro, assume particular relevância, a necessidade de assegurar a estabilidade no tempo, dos compromissos, protocolos e acordos celebrados, em nome da qualidade da prestação, dos empregos e dos investimentos associados;

6 Em matéria de envelhecimento, o Congresso chama a atenção ao Governo que o idoso não pode ser visto como o “cliente” da segurança social e como o “cliente” da saúde. Pelo contrário, o idoso tem de ser o centro das políticas da saúde e da segurança social, pelo que o Congresso reclama no quadro da cooperação uma muito maior articulação entre as políticas e as ações dos dois setores da administração pública;

7 O Congresso alerta o Governo para a necessidade de, sem colocar em causa a sua tutela sobre as Instituições, evitar a todo o custo a judicialização da cooperação, nomeadamente reconduzindo as visitas de acompanhamento à sua função de auditoria e diálogo;

8 O Congresso tem vindo a tomar conhecimento de algumas declarações de responsáveis políticos que são suscetíveis de criar perplexidade e preocupação relativamente ao papel das Santas Casas nalgumas componentes da ação social e da saúde, pelo que o Congresso saúda, de forma muito positiva, as posições claras do Presidente da República que, sobre o tema, tem sido frontal e direto: o papel das Santas Casas na atual situação do País é insubstituível.

Mais deliberou o Congresso, por unanimidade e aclamação, cometer ao Secretariado Nacional da UMP o encargo de entregar em mão a Sua Excelência o Senhor Presidente da República e ao Senhor Primeiro-Ministro, à CPES e aos parceiros do setor solidário as presentes conclusões. 

Contacto direto com os dramas da realidade social é garantia de que estas instituições estão preparadas para enfrentar os desafios

VOZ DAS MISERICÓRDIAS

Órgão noticioso das Misericórdias em Portugal e no mundo

TELS.: 218 110 540 / 218 103 016
FAX: 218 110 545
E-MAIL: jornal@ump.pt

EDITOR:
Bethania Pagin

PROPRIEDADE:
União das Misericórdias Portuguesas
CONTRIBUINTE: 501 295 097
REDAÇÃO/EDITOR E ADMINISTRAÇÃO:
Rua de Entrecampos, 9, 1000-151
Lisboa

FUNDADOR:
Dr. Manuel Ferreira da Silva
DIRETOR:
Paulo Moreira

DESIGN E COMPOSIÇÃO:
Mário Henriques

PUBLICIDADE:
Paulo Lemos

COLABORADORES:
Ana Cargaleiro de Freitas
Sara Pires Alves

ASSINANTES:
jornal@ump.pt
TIRAGEM DO N.º ANTERIOR:
8.000 ex.
REGISTO: 110636
DEPÓSITO LEGAL N.º: 55200/92

ASSINATURA ANUAL:
Normal - €10
Benemérita - €20
IMPRESSÃO:
Diário do Minho

Rua de S. Brás, 1 - Gualtar
4710-073 Braga
TEL.: 253 303 170

VER ESTATUTO EDITORIAL:
www.ump.pt/Home/comunicacao/estatuto-editorial/